



**FLÁVIO PEREIRA
DE OLIVEIRA**

**AMARGOSA - BA
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

FLÁVIO PEREIRA DE OLIVEIRA

CADERNO DE FORMAÇÃO I

PROSAS PEDAGÓGICAS: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital.

AMARGOSA – BA
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

FLÁVIO PEREIRA DE OLIVEIRA

CADERNO DE FORMAÇÃO I

PROSAS PEDAGÓGICAS: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital.

Produto final apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – como requisito para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Nascimento Givigi.

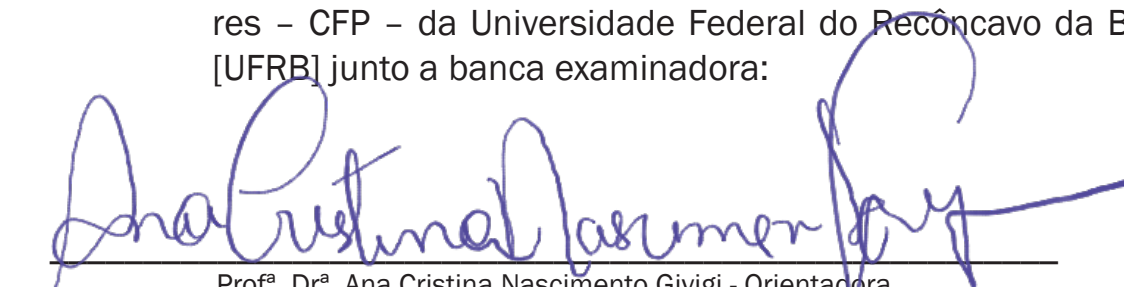
AMARGOSA – BA
2020

FLÁVIO PEREIRA DE OLIVEIRA

CADERNO DE FORMAÇÃO I

PROSAS PEDAGÓGICAS: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital.

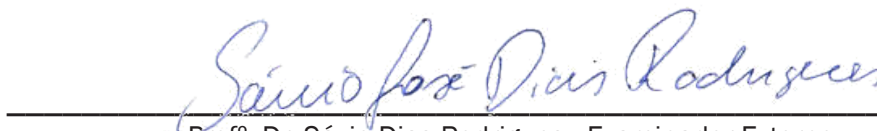
Produto final apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores – CFP – da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia [UFRB] junto a banca examinadora:



Profª. Drª. Ana Cristina Nascimento Givigi - Orientadora
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profº. Dr. David Romão Teixeira - Examinador Interno
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profº. Dr. Sávio Dias Rodrigues - Examinador Externo
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

AMARGOSA – BA
2020

CADERNO DE FORMAÇÃO I

PROSAS PEDAGÓGICAS: girando saberes em Educação do Campo ante à
ofensiva do capital.

FLÁVIO PEREIRA DE OLIVEIRA

AMARGOSA – BA
2020

CADERNO DE FORMAÇÃO I

PROSAS PEDAGÓGICAS: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital.

Produto final do Mestrado Profissional em Educação do Campo, por meio do programa de Pós-graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – por Flávio Pereira de Oliveira, sob a orientação da Pr^o. Dr^a. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Capa: i7 Comunicação

Revisão gramatical: Flávio Pereira de Oliveira

Fotografias: Internet

Projeto gráfico: i7 Comunicação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

O48p

Oliveira, Flávio Pereira de.

Prosas pedagógicas: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital. / Flávio Pereira de Oliveira. – Amargosa, BA, 2020.
73 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2020.

Cadernos de Formação I.

Bibliografia: fls. 69-72.

Inclui Anexo

1. Educação do Campo. 2. Agricultura familiar. 3. Reforma agrária. I. Givigi, Ana Cristina Nascimento. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

Imagem 1: Sexta turma do mestrado em Educação do Campo / UFRB



Fonte: arquivo pessoal / 2018

À classe trabalhadora camponesa
pela insistência da busca em ser
transgressora e contra hegemônica
aos organizadores da morte



MINHA HISTÓRIA (JOÃO DO VALE)

Seu moço, quer saber, eu vou cantar num baião
Minha história pra o senhor, seu moço, preste atenção

Eu vendia pirulito, arroz doce, mungunzá
Enquanto eu ia vender doce, meus colegas iam estudar
A minha mãe, tão pobrezinha, não podia me educar
A minha mãe, tão pobrezinha, não podia me educar

E quando era de noitinha, ameninada ia brincar
Vixe, como eu tinha inveja, de ver o Zezinho contar:
- O professor raiou comigo, porque eu não quis estudar
- O professor raiou comigo, porque eu não quis estudar

Hoje todo são "doutô", eu continuo João ninguém
Mas quem nasce pra pataca, nunca pode ser vintém
Ver meus amigos "doutô", basta pra me sentir bem
Ver meus amigos "doutô", basta pra me sentir bem

Mas todos eles quando ouvem, um baiãozinho que eu fiz,
Ficam tudo satisfeito, batem palmas e pedem bis
E dizem: - João foi meu colega, como eu me sinto feliz
E dizem: - João foi meu colega, como eu me sinto feliz

Mas o negócio não é bem eu, é Mané, Pedro e Romão,
Que também foram meus colegas, e continuam no sertão
Não puderam estudar, e nem sabem fazer baião

PREFÁCIO

Este caderno de formação – transgressor, crítico e contra hegemônico – apresenta-se como uma proposta, coletiva e popular, de construção, progressista e renovadora, de uma Educação mais justa, solidária e humana forjada a partir do engajamento social dos movimentos sociais e da formação de novos intelectuais orgânicos que possam ocupar as instâncias sociais e de poder, reconfigurando e ressignificando as formas de resistência em face dos avanços do capital e de suas desigualdades excludentes e opressoras.

Com a missão de promover a transformação social e a mudança da atual realidade – excludente e opressora – e a eliminar o panorama de desigualdades sociais no campo do saber, o Direito a uma Educação do/no campo mostra-se evidente neste caderno popular, enquanto garantia subjetiva de um mundo mais igualitário, justo, formativo, humano e acessível a todos e a todas. Os grandes projetos de desenvolvimento precisam ser desmantelados e desestruturados com uma formação pedagógica firme, politizada e igualitária.

Os saberes locais e tradicionais, os sujeitos silenciados ante a ofensiva do capital e as iniquidades sociais que atingem as populações do campo, exige – em face das novas rodadas de neoliberalização – um instrumental didático-teórico capaz de cartografar os sentidos, as necessidades, as místicas e os saberes tradicionais daqueles sujeitos que precisam ter vez e voz nos espaços e nas agendas de poder político.

Este caderno de formação sociopolítico se propõe, ainda, a contribuir para que o direito à terra seja garantido aos camponeses

e que uma reforma agrária popular e democrática seja uma realidade, a partir de uma formação progressiva, construtiva e humana em Educação do Campo.

Que se aflorem as resistências; que novas trincheiras sejam formadas; que o saber local seja enternecido no campo de batalha por melhores condições de vida e de trabalho; que o latifúndio do saber seja ocupado por sujeitos comprometidos com uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente correta; que a Educação seja a chave de libertação às amarras sociais; que o Campo seja um espaço educativo transformador; que o labor e a dor do camponês seja o oxigênio para o sangue de novos aguerridos; que as matas e que a Mãe-Terra seja protegida e defendida; que os saberes tradicionais aflorem nas veias abertas do saber; que se reforce a resistência, a força popular e soberania alimentar no campo e na cidade.

Que a expansão do agronegócio e a desterritorialização das comunidades e dos saberes educativos tradicionais sejam o motor para a formação de novas lutas sociais no campo.

E que se lute pela Terra, por uma Reforma Agrária Popular e por mudanças sociais no país a partir da Educação do Campo e de instrumentais formativos forjados e cartografados no calor do embate político.

Ricardo Bezerra de Oliveira

SUMÁRIO

Apresentação.....	12
1. Buriticupu: os efeitos do matopiba para os assentados da região.....	19
2. Buriticupu, a questão agrária e o papel do estado.....	27
3. Efeitos do des- envolvimento em buriticupu: a luta pela terra e o matopiba.....	34
4. Expansão dos grandes projetos, escassez e impérios alimentares: o campesinato e os desafios.....	46
Agradecimentos	53
Dispositivos de formações.....	57
Anexo I.....	61
Anexo II.....	63
Referências.....	70



APRESENTAÇÃO

CADERNO I - QUESTÃO AGRÁRIA - O LUGAR E AS DIMENSÕES DO DEBATE DE TERRITÓRIO:

Este caderno, como resultado de uma pesquisa de mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, tem como objetivo central partilhar os conhecimentos e saberes construídos no desenvolvimento da pesquisa que, politicamente, se processou aplicada e implicada à realidade da Questão Agrária e da Educação do Campo, no contexto sócio-político do município de Buriticupu- MA no limiar da pandemia da covid-19 que se expressa como uma crise sanitária no interior da crise do capital imperialista que acelera sua autodestruição ao passo que tenta desregular outras formas de produção da existência humana.

Com objetivo de pautar e centralizar o debate sobre a Questão Agrária e a Educação do Campo, tendo como elementos conjunturais o avanço extremado do agronegócio com a expansão das fronteiras agrícolas e da “modernização” conservadora da agricultura, a pesquisa levanta questões sobre o modelo de “desenvolvimento” dominante e hegemônico em curso no Campo a partir do Matopiba que se expressa em atendimento aos ditames do imperialismo preconizado numa política de expansão de fronteiras territoriais expatriadas com finalidades de manutenção de poder pelo viés econômico e político e que se estende para além da fronteira geográfica, quando ataca outros territórios como a cultura e o modo de vida de povos

e comunidades genuínos aos territórios expropriados.

O MATOPIBA, segundo dados da EMBRAPA, resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geopolítica caracterizada pela expansão de uma nova (velha) fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade para a oxigenação do sistema de produção vigente. Esse projeto é espelho do modelo, predatório, de “Desenvolvimento” adotado e em curso no Campo e reluz a tônica do avanço do Capital Agrário e industrial na territorialização do Cerrado Brasileiro via “modernização” da agricultura capitalista.

Trata-se de um mega projeto que vem, a décadas, sendo implantado nesses estados com intencionalidades claras – a de oxigenar o sistema capitalista por meio da agroindústria e da agricultura modernizada vislumbrando a máxima produção para atender ao mercado externo. “...Na verdade o Matopiba é o próprio agronegócio” (Costa, 2015).

Esse avanço extremado do agronegócio se materializa na desterritorialização do campesinato quando tenta reduzir os territórios camponeses em mercadorias - impulsionado pela produção de mais mercadorias e, portanto, de mais expansão territorial - o que implica dizer do enfraquecimento da Reforma Agrária e do acesso à terra, posto que esse, aos moldes do agronegócio, se dá mediante

compra e venda e transforma assim, a terra numa mercadoria onde quem dispõem de dinheiro e poder fará jus à sua propriedade e nisto, consiste a retirada do acesso à terra do campo político da luta e a transfere para a esfera do mercado se homogeneizando como expressão do imperialismo mercantil.

Como produzimos este Caderno?

Pela natureza do objeto em estudo, politicamente, optou-se pela leitura dialética da realidade, onde se defende a necessidade de ultrapassar as fronteiras da aparência das coisas e objetos que, por vezes, se apresenta, no espaço da pseudoconcreticidade, como sendo resultado do acaso e de ordem, puramente, natural, sendo preciso buscar e revelar o que se camufla na aparência indo em direção à essência, às condicionantes históricas e concretas que geram as nuances das desigualdades sociais que se apresenta.

Tal método foi escolhido a partir das concepções filosóficas e políticas do autor, que levou em consideração o universo empírico dos sujeitos envolvidos, bem como, as expressões da questão social inerente ao espaço empírico da pesquisa que se processou embasado, politicamente, na teoria da práxis.

Na Pedagogia da Oprimido, Paulo Freire (1987), reflete sobre os processos de opressão, o lugar dos oprimidos e dos opressores, e discute que a superação dessa condição passa, entre outros, pelo reconhecimento deste sobre sua condição de oprimido para, então, com consciência do mundo e de si no mundo, lutar por sua libertação e por sua humanidade perdida/roubada. Esse processo será mediante mãos que não se estenderão mais, como em gesto de súplica, aos poderosos opressores, mas mãos que se revestem de humanidade para transformar o

mundo e, essas mãos, são as dos “condenados da terra”, dos oprimidos e esfarrapados do mundo, pois:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhes derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade... (FREIRE, p. 20, 1987)

O exercício de libertação dos oprimidos requer posicionamento político destes sobre sua condição da qual se vale os opressores para o processo de produção, reprodução e manutenção da miséria assistida a seu favor. É por essa apreensão da realidade que o cerca e que o condena à “morte, ao desalento e à miséria”, que os oprimidos guardam sobre si a tarefa revolucionária de libertação de si e de seus opressores.

É envolvido por este espírito revolucionário, transgressor e descolonial, que como procedimentos metodológicos, além da revisão de bibliografias afeto a temática geradora, adotamos a pesquisa participante com o uso das “giras de saberes” para o processo de intercâmbio de experiências e produção de saberes e conhecimentos junto à comunidade – Trilha 410, no assentamento rural PE Buriti - que reuniu lideranças local, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais, além de educadores e gestores da escola da comunidade, alimentados pelo entendimen-

to de que a produção do conhecimento deve construir respostas às necessidades humanas.

A pesquisa participante – como uma ação política e pedagógica – se expressa a partir do reconhecimento e do envolvimento dos sujeitos como protagonistas nos processos de tal modo que leva os sujeitos a pensarem sobre a realidade que estão inseridos e a indagarem acerca das expressões que configuram as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais e nisto se está imprimindo, a partir da opressão e de suas condicionantes, reflexões que resultem no engajamento na luta e na resistência pela construção da liberdade e, assim, se processa os princípios da Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire (1987).

A definição conceitual de Pesquisa participante em Brandão (2013), se expressa como uma modalidade de fazer pesquisa de maneira aplicada e implicada com a realidade pulsante dos sujeitos donde se imprime o ponto de origem – realidade social – considerando as dimensões de sua totalidade sem, com isso, “... perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social.” Nesta modalidade de pesquisa, à luz de uma dimensão histórica de apreensão e compreensão da realidade, os participantes desse processo tornam-se sujeitos protagonistas negando a forma tradicional de sujeito-objeto e imprimindo a relação sujeito-sujeito tendo como postulado o entendimento de que “... todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber.”

Os conhecimentos e saberes produzidos a partir da pesquisa participante, tendo em vista o desmonte das estruturas que geram as desigualdades sociais e que são reguladas pelo mercado e pelas relações de pro-

dução do sistema dominante e hegemônico, devem – em favor da humanização da vida social – ser compreendidos como uma estratégia de construção do saber e do poder popular, posto que “... o propósito de uma ação de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas.” Brandão (2013).

Nas culturas Afro-Indígenas, a transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais, são repassados aos seus ascendentes em “gira de saberes” como que numa roda de conversa, num ritual sagrado, numa festividade, numa prática religiosa, entre outras que se realizam num processo de vivência.

Dessa forma, as “gira de saberes” da pesquisa – imprimindo os procedimentos metodológicos da pesquisa participante – foram realizadas junto à comunidade, Trilha 410, no assentamento PE Buriti nas dependências internas da escola, Unidade Integrada Rosemira Machado Castro, no período de Novembro de 2019 a Março do ano em curso – período em que foram interrompidas as atividades em razão da pandemia da COVID-19.

No período em referência, tivemos três de um total de quatro encontros que estavam planejados com temáticas e objetivos específicos. Na primeira “gira” os conhecimentos e saberes se processaram a partir das reflexões sobre o tema: “De que maneira se deu a luta pela terra e a constituição social e política de Buriticupu, no contexto do projeto governamental de colonização que o levou à frente”. O segundo momento, que se deu como numa continuidade do primeiro, levou os participantes a depreenderem leituras sobre “O avanço do agronegócio como expressão de “desenvolvimento” em curso no Campo e a questão da Soberania Alimentar.”

Já o terceiro encontro nos propusemos levar os sujeitos a pensarem sobre como se processam as nuances de um projeto de Campo, por meio de um projeto de escolarização que se processa desde a forma de mediação do conhecimento, passando pelos normativos jurídicos e pedagógicos, bem como pelos materiais didáticos e paradidáticos. Foi a partir do tema; “Educação Rural e Educação do Campo são a mesma coisa?” que os sujeitos partilharam seus saberes e foram levados a ampliar tais conhecimentos, de modo a fazer relação da educação com os projetos de “Desenvolvimento”. A partir daí foram questionados se a educação ofertada na escola da comunidade faz referência às suas lutas, demandas e necessidades e, ainda como a comunidade tem participado da construção da escola enquanto projeto de educação.

O quarto encontro que iria girar saberes sobre os “Desafios da Reforma Agrária e as estratégias de luta e resistência do campesinato frente à ofensiva extremada do capital”, em razão da nova conjuntura que estamos atravessando a partir dessa crise epidemiológica, não foi possível de realizar – ainda que com uso das tecnologias de informação e comunicação – posto que a comunidade, em que pese os avanços tecnológicos, ainda está à margem da sociedade da informação e comunicação. Neste sentido e por conta disso, tivemos que dar por encerrada a pesquisa em função da vigência do curso e dos prazos de integralização das atividades acadêmicas.

Ainda assim, não podemos deixar de considerar que as relações de dominação e subordinação das potências econômicas global do embrionário mundo pós-guerra, alicerçadas numa dinâmica de poder hegemônico

ao redor do mundo, tem expressado seu poderio de modo a fazer frente aos interesses do capital sem fronteira para a regulação de uma economia política internacional face a acumulação de riqueza e poder ao passo que reluz à desregulamentação de espaços e territórios numa direção outra que a do capital negando, por assim dizer, outras dinâmicas locais e regionais de relações de produção de diferenciados modos de existir.

O retrato da atual fase do capitalismo com a crise sanitária da pandemia do COVID-19, inscreve essa leitura na medida em que aponta que tal sistema não sobresiste a si sem o processo contínuo de exploração e reprodução das forças produtivas e das relações de consumo. Logo, a crise pandêmica que o mundo atravessa não pode ser entendida e reduzida como uma crise sanitária, pois, pela relação que ela guarda e emerge do interior do sistema capitalista, trata-se de uma crise, a tempos, anunciada do capital que se tenta resistir à sua própria crise.

A crise da pandemia, gestada no útero do sistema de produção capitalista, apresenta um conjunto de consequências para o campo da economia, da política e da cultura que impacta diretamente a vida em todas as suas dimensões e formas e embasa a leitura onde se afirma ser a COVID-19 um autorretrato desse sistema que não se sustenta sem o processo de produção e reprodução da força de trabalho de das relações de consumo. Tais consequências são sentidas e vivenciadas, principalmente, pela camada social mais empobrecida e vulnerabilizada ao redor do mundo e que já experimenta a fome como um projeto instituído de “higienização” e “limpeza” demográfica.

Quanto a sistematização dos dados, foi realizada com total autorização dos sujeitos

que, de início, foram informados das intencionalidades e metodologia da pesquisa e como esta poderia refletir, momentaneamente, a realidade social da comunidade sobre os aspectos conjunturais da questão agrária onde, para além do produto final expressasse como um instrumental de formação político-pedagógica, o processo – como jeito de fazer - imprimisse a construção e a participação do poder popular.

A análise das partilhas dos conhecimentos e saberes se deram à luz do método dialético adotado nesta pesquisa, orientada pelos princípios éticos que alimentam as práticas do autor em produção científica e sob as reflexões de teóricos renomados e comprometidos com essa forma de fazer ciência que abordando sobre o que discutimos nesse trabalho nos ajudaram a desnudar os aspectos camuflados que se apresentam no campo da realidade social e que por vezes alimentam o imaginário social sobre determinados aspectos da realidade.

O trabalho aponto como resultados dos processos de investigação do objeto que nos propomos a desvelar, junto ao lócus da pesquisa, que, como anunciado, teve de ser interrompido, porém, dá conta de atestar de modo positivo o que alimentavam nossas desconfianças expressas nas hipóteses, de que o modelo de “Desenvolvimento” e da “Modernização” conservadora da agricultura impactam os distintos modos de vida dos diferentes sujeitos e povos territorializados.

A pesquisa sustenta, entre outros resultados, a partir das narrativas dos sujeitos, que a luta pela terra não se finda quando de sua conquista, mas se estende num processo contínuo no e pelo território, posto que o Campo tem sido um espaço de intensas lutas na disputas pelos projetos antagônicos; que o agronegócio produz e fabrica desigualdades sociais a come-

çar pela expropriação da terra; que o Matopiba é o próprio agronegócio, pois a comunidade sustenta, por vivenciar na prática, que:

O agronegócio destrói nossa maneira de viver na medida em que chega e já começa a ameaçar a nossa vida. Primeiro, começa comprando os lotes de muitos companheiros que, pelas dificuldades, se iludem e acaba vendendo suas terras. Aquelas que eles não conseguem comprar acabam arrendando para plantar soja e nós vamos ficando no meio dessas plantações correndo risco de vida por causa dos venenos que eles jogam que acaba afetando a nossa lavoura também. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

E no que se fere à educação, a comunidade não tem protagonizado lutas na disputa pela escola porque não a concebem como um espaço político de lutas e de construção do conhecimento de modo a construir as respostas para o conjunto de suas demandas e reivindicações camponesas, deixando assim, a cargo do estado a tarefa de pensar o projeto de educação a ser implementado no Campo, não sendo por demais lembrar que se trata daquele expresso, sobretudo, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC - e nas reformas empresariais da educação, em curso no atual governo central.

Este caderno entende a educação e, em particular, a Educação do Campo com uma unidade do projeto de Reforma Agrária aos moldes do campesinato e se inscreve como um campo político de luta e disputa em que a posição dos sujeitos se recolocam para disputar o território alimentados pelo entendimento de que a escola não movimenta o Campo, mas o Campo não se movimenta sem a escola. O mesmo está dividido em quatro tópicos que discutem questões como:

1. BURITICUPU: OS EFEITOS DO MATOPIBA PARA OS ASSENTADOS DA REGIÃO

Neste tópico apresentamos reflexões de como se deu o processo de ocupação das terras na região e de como houve a integralização destas com o modelo de “desenvolvimento” colonizador em que pese a retórica do discurso de desenvolver o Maranhão.

2. BURITICUPU, A QUESTÃO AGRÁRIA E O PAPEL DO ESTADO

Aqui apontamos leituras sobre ocupação, uso e apropriação das terras e suas contradições na propriedade privada que apresenta expressões locais diferenciadas e que necessita de elementos para entendê-las e, mais, para agir sobre ela. Refletimos acerca da grilagem como estrutura e ou mecanismos de poder e de como esta guarda relações com a bancada ruralista; trazemos leituras sobre como as décadas de 60 e 70 deram conotação e lastro para a questão agrária brasileira.

3. EFEITOS DO DES- ENVOLVIMENTO EM BURITICUPU: A LUTA PELA TERRA E O MATOPIBA

Trazemos apontamentos sobre o papel do estado no fomento ao modelo de “desenvolvimento” à luz da propriedade privada da terra e sobre a luta dos trabalhadores pela conquista da terra e defesa de seus territórios em detrimento da “modernização” conservadora da agricultura com a chegada da soja (MATOPIBA) no município de Buriticupu, estado do Maranhão.

4. EXPANSÃO DOS GRANDES PROJETOS, ESCASSEZ E IMPÉRIOS ALIMENTARES: O CAMPESINATO E OS DESAFIOS.

Neste último tópico fazemos remissão para os efeitos dos impactos e ativos socioambientais que a “modernização” conservadora da agricultura causam ao campesinato; sobre a questão da padronização de alimentos e in-segurança alimentar; segurança alimentar e soberania dos territórios.

No fim deste caderno, levantamos questões que podem ser dispositivos de formação; apresentamos recursos pedagógicos que podem ser utilizados nestas formações e pedagogias transgressoras e descolonial afim de contribuir com a luta e resistência do campesinato ante à ofensiva do capital que produz e fabrica os oprimidos, pois, de acordo com os postulados de Freire (1987), sobre a realidade social que não é produzida de maneira casual, mas fabricada de modo intencional pela ação dos homens, e se essa realidade os condiciona oprimidos, transformar tal realidade opressora é um feito revolucionário e histórico que também se processa pela ação dos homens.

Boa leitura!

[...]”Assim a terra se converte em causa,
a liberdade se converte em sonho,
o grito forte se converte em guerra
e o povo todo segue um só caminho
na trilha estreita plantando futuro.
Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira,
que o som dos nossos hinos anime nossas consciências
e que a luta redima nossa pobreza,
que o amanhecer nos encontre sorridentes
festejando a nossa liberdade.”
(Ademar Bogo)

Imagem 2: Das lutas pela terra e respeito pela agricultura.



Fonte: PT (2019)

1. BURITICUPU: OS EFEITOS DO MATOPIBA PARA OS ASSENTADOS DA REGIÃO

O município de Buriticupu, que foi elevado à categoria de cidade nos idos de 1994 como parte do projeto estatal do governo do estado do Maranhão - iniciado ainda entre as décadas de 1970 e 1980. O projeto ancorava-se no discurso “desenvolvimentista” de integrar a Amazônia ao país por meio de ocupações de terras disponíveis de maneira ordenada e sistêmica e assim, defendia que deste modo, evitaria e/ou solucionaria conflitos existentes entre projetos econômicos, camponeses e indígenas.

É sob esse manto, que o governo, Pedro Neiva de Santana, cria a Companhia Maranhense de colonização – COMARCO – aos 31 dias do mês de outubro de 1972 e sob sua guarda foi destinado 2.000.000 ha de terras à serem divididos entre dois projetos de colonização: o do município de Zé Doca e o de Buriticupu (antes pertencente ao município de Santa Luzia. Araújo (1996).

“ (...) Buriticupu surgiu da ideia de se implantar um projeto de colonização no Estado do Maranhão em face da existência de uma grande quantidade de terras devolutas do Estado, bem como de um alto índice de trabalhadores rurais que se encontravam excluídos do processo produtivo. Em todo o Estado do Maranhão, homens e mulheres vindos de diversas partes do Nordeste do país viviam em situação semi-escrava, muitos sobrevivendo apenas da colheita e da quebra do coco babaçu. (...) (AGUIAR, 2017, p.1).

À semelhança do ocorrido no Brasil por ocasião da chegada dos portugueses, o

processo de colonização que se deu em Buriticupu também ignorou outras formas de ocupação das terras que já se fazia na região pelos povos indígenas, justamente por se tratar de uma política integracionista de expansão do capitalismo.

Esse processo vislumbrava a ocupação da Pré-Amazônia com a abertura de fronteiras agrícolas para a implementação de projetos agropecuários à moda do sistema de produção capitalista e de incorporações das terras à propriedade privada do latifúndio agrário. E nisto, está a base concreta desse projeto de colonização, em que pese o discurso oficial de “desenvolver” o Maranhão por meio de povoamento da Amazônia onde o projeto visava “assentar” 10 mil famílias numa extensão territorial de 315 mil ha de terras devolutas incorporadas ao patrimônio estadual. Araújo (1996)

É ainda Araújo (1996) que nos diz que esse processo teve como suporte sistêmico a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – criada em 27 de Outubro de 1966, no bojo do cenário controverso da ditadura militar sendo aquela, como pano de fundo, de lado e de frente, uma forma estratégica de introdução e incorporação do capital no Campo que se valia, além de outras, de políticas de créditos e incentivos fiscais às empresas agroindustriais e mineradoras vindas da região Centro-Sul

Os efeitos gerados pelo projeto de colonização de Buriticupu (re)atualizam os impulsos e objetivos colonizadores de 1500, só que desta vez articulados aos ideais modernos que produzem estruturas de poder político e econômico centralizadoras e hegemônicas (e/ou diversa mas fortemente articuladas) produzindo consequências como o povoamento subordi-

nado aos interesses dominantes de “desenvolvimento”, a exploração do trabalho e precárias condições de vida; a exploração das riquezas naturais – principalmente da madeira – que contribuiu para a abertura e expansão das fronteiras agrícolas do latifundiário agrário visando a agropecuária extensiva de início – como atividade produtiva - e, no atual momento, o da soja que se territorializa em áreas de assentamentos, causando a desterritorialização do campesinato.

Já sabemos há tempos o que significa o pensamento colonial na constituição de um povo e da “cultura” que lhes é imposta frente as estruturas de poder materializada pelo tripé colonialismo/escravidão/plantation, expressão do poder patriarcal/senhorial e da formação de uma estrutura agrária concentrada, cujos saldos geram a exclusão de contingentes enormes de grupos e pessoas. Pensaremos um pouco como podemos redimensionar Buriticupu dentro deste projeto de expansão e os saldos disso para estes maranhenses.

Sua localização integra a região Vale do Pindaré a 395 quilômetros da capital, São Luís, no estado do Maranhão.

Imagem 3: Mapas



Fonte: Ministério Público do Maranhão (2020).

Possui uma extensão territorial de 2. 545,440 km² e integra a região pré- Amazônia maranhense. Sua população estimada, segundo dados do IBGE¹¹ é de aproximadamente 71. 227 hab. com uma densidade relativamente baixa de 27,98 hab. /km².

O município, predominantemente rural, é constituído, em sua extensão territorial, de dezesseis assentamentos de projetos oriundos da “Reforma Agrária” via INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – e pelo ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão)

Tabela 1: projeto de assentamentos

Nº DE ORDEM	PROJETO DE ASSENTAMENTO	CÓDIGO DO SIPRA	Nº DE FAMILIAS ASSENTADAS
1	TERRA BELA	MA0235000	345
2	LAGO AZUL	MA0084000	326
3	BABILONIA	MA0093000	76
4	SÃO JOÃO VALE VERDE	MA0301000	110
5	GUARIDA	MA0146000	110
6	SANTA MARIA/INDIANA	MA0095000	207
7	UNIÃO PORTUGAL/S. ANTONIO	MA0039000	124
8	7 DE MAIO	MA0235000	583
9	11 DE JUNHO	MA0234000	373
10	TABOCÃO	MA0233000	381
11	TRIANGULO DE PRATA	MA0069000	372
12	BRASILANDIA	MA0236000	422
13	CALIFORNIA/DIAMANTINA	MA0492000	107
14	PE BURITICUPU	MA0257000	2.701
15	PE VILA PINDARÉ	MA0256000	543
16	PE GUAIRACA	MA0258000	364
TOTAL	16		7.795

Fonte: Oliveira (2019)

Do processo de constituição sócio- política de Buriticupu que como enunciado se deu por meio de projeto de colonização onde os colonos foram assentados pelo Estado, via COMARCO - e pela luta dos trabalhadores (posseiros) via Projetos de Reforma Agrária do Governo Federal combinado com a ausência do estado – enquanto ente garantidor da ordem pública e das garantias e direitos fundamentais – o município foi se constituindo como um território sem lei – arena propícia para a violência com assassinatos, crimes de pistolagem ,etc, o que fez com que a cidade ainda hoje carregue um estereótipo e, no imaginário social, em todo o Estado do Maranhão – de ser a terra da pistolagem.

A história caracteriza-se por vias sobrepostas que, por um lado organizou forças políticas e econômicas que fomen-

1 Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016. IBGE. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf> >. Acesso em 06 de jan. de 2020.

taram e empreenderam o desmatamento florestal para exploração, beneficiamento e comercialização da madeira; instalação de serrarias, carvoarias e outras atividades que se deram à revelia da legislação ambiental e trabalhista e, por outro, estes mesmos atores foram os que configuraram as estruturas do embrionário poder executivo e legislativo e que, por alternância, vieram se revezando ao longo de 1994 a 2013. A título de exemplificação, o segundo prefeito da cidade (2005 a 2012) era do ramo madeireiro e dono de serrarias e assim ocupava e comandava, juntamente com o chefe do poder legislativo que também era madeireiro, as duas frentes de poder: o econômico e o político.

Inúmeras foram as ações de enfrentamento e de resistência pelos trabalhadores, militantes de organizações sociais de Direitos Humanos e Ambientais que denunciaram o estágio extremado da violência invisibilizada pela inoperância do estado frente ao poderio das organizações criminosas em Buriticupu.

Entre as quais destacamos a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) – CÁRITAS, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o FPP - Fórum de Políticas Públicas, do qual fazia parte.

Como resultado dos embates e enfrentamentos políticos e de denúncia desses sujeitos coletivos, várias operações foram deflagradas com vistas a dismantlar as estruturas das organizações criminosas, dentre elas destacamos a operação “MAURÍCIA” e a “Operação Arco de Fogo do IBAMA”, onde esta última, numa força-tarefa que envolvia o Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Ministério Público do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e Instituto Chico Mendes, quando foram destruídas, pela várias carvoarias e serrarias, bem como apreendidas madeiras, feitas prisões em flagrantes dos proprietários, (inclusive, do presidente da Câmara de Vereadores), bem como a aplicação de multas pelos crimes ambientais, trabalhistas e outros.

Imagem 4: Operação Arco de Fogo no Município de Buriticupu-MA

Operação Arco de Fogo Já Fechou Mais de 30 Serrarias Ilegais no Maranhão

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, acompanhou ontem (3) o andamento da Operação Arco de Fogo no município de Buriticupu, no Maranhão, onde verificou o fechamento de serrarias e fornos ilegais de carvão.

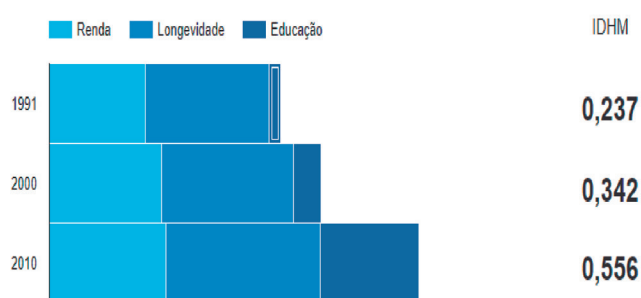


Fonte: CI Florestas (2009)

Hoje, numa conjuntura mais amena no que tange à violência, o município tem sua base econômica principalmente na produção agrícola de gêneros alimentícios para o consumo humano. Destaca-se em potencial na produção do milho, mandioca, abóbora, castanha de caju, hortaliças em geral, além da produção do leite e de queijos artesanais. Uma outra frente da base econômica diz respeito ao comércio local e aos serviços públicos que somados aquecem a economia do município.

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, ano referente/2010, - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) expresso, sobretudo, nos componentes indicadores de educação, longevidade e renda, posiciona o município na faixa do IDHM baixo mesmo considerando relativos avanços nos indicadores nas últimas duas décadas conforme ilustração abaixo.

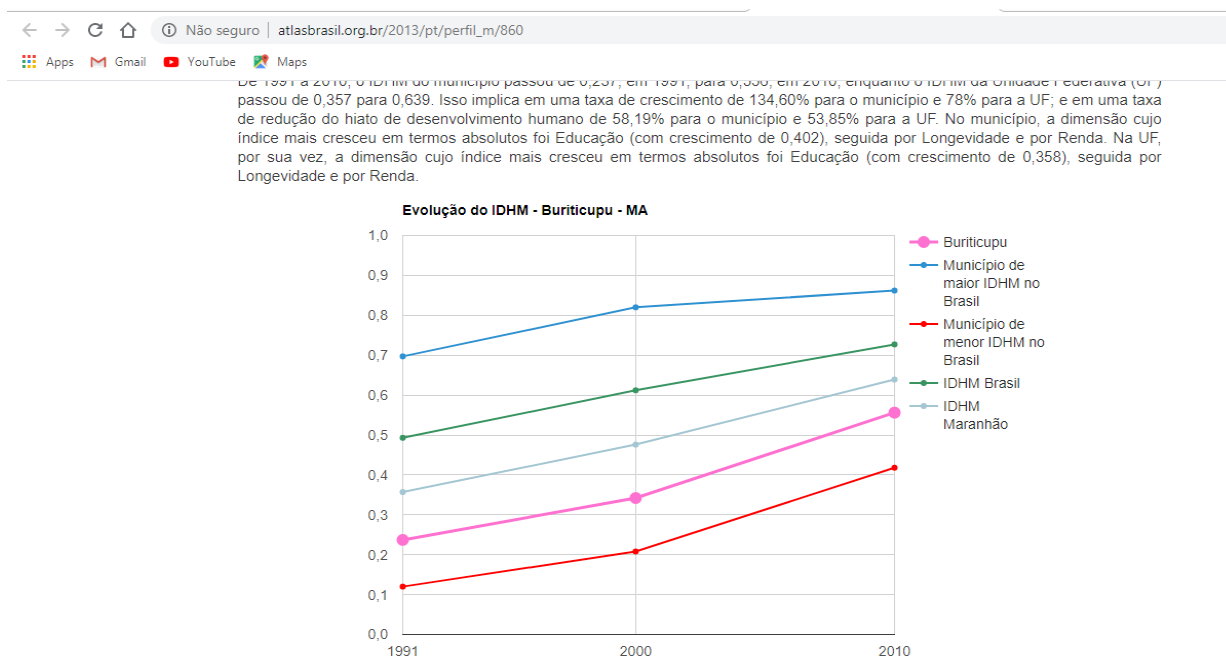
Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: atlasbrasil.org.br

De acordo com os dados de 1991 para o ano de 2000 o avanço se expressou em 44,30% com destaque para os índices dos indicadores que mais cresceu: educação, seguido pela renda e longevidade. Já na década seguinte, a dinâmica de evolução do IDHM do município apresentou crescimento na casa dos 62,57% representando um percentual positivo de crescimento, em relação a década anterior, que foi de 18,27% e os indicadores por ordem sequencial de crescimento também foram educação, renda e longevidade.

Gráfico 2: Evolução do IDHM – Buriticupu- MA



Fonte: atlasbrasil.org.br

Comparando o IDHM do município com o do estado do Maranhão, verifica-se que houve um grande crescimento dos indicadores de desenvolvimento por parte do município. Pois, no período intervalar de 1991 a 2010 houve um avanço de 0,237 para 0,556 correspondendo a uma taxa de crescimento na ordem de 134,60% isso se explica pelo fato de que em 1994 o povoado de Buriticupu, que era distrito da cidade de Santa Luzia, teve sua emancipação política instituída e a partir de então há uma atenção maior para sua população que passa a contar com serviços públicos próprios de educação, saúde entre outros.

Na esteira disso, o estado, na mesma escala temporal, evoluiu de 0,357 para 0,639 o que corresponde a um crescimento de 83% do Estado em relação ao município. Mesmo considerando o IDHM do município que é de 0,556 ainda assim o mesmo é considerado baixo segundo os critérios e componentes

de aferição utilizados como parâmetros pelo Atlas de Desenvolvimento Humano

Essa dinâmica expressa e reflete – em nossa leitura – a atenção dispensada por parte do poder público nas três esferas de governo (União, Estado e Município) – em seu decurso histórico – que confere pouco compromisso político em promover ações de políticas públicas efetivas e de “Reforma Agrária” que visem a superação das precárias condições de vida da população em geral e, em particular, da população do Campo.

Segundo a tipologia municipal produzida pelo Observatório das Metrópoles, o município está classificado como: H - Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza, que se refere aos municípios que se destacam pelos níveis mais elevados de pobreza, maior número de domicílios sem banheiro, e alto déficit habitacional relativo.

Imagem 5: imagem aérea da praça da cultura Buriticupu- MA



Fonte: <http://www.cmburiticupu.ma.gov.br/site/>

A cidade, cujo nome é resultado da junção de duas palavras – buriti e cupuaçu, frutas típicas da Amazônia: Buriticupu, é atravessada pela BR- 222 uma importante rodovia federal por onde circulam produtos e serviços do interior do estado para a capital, inclusive, serve de canal para o escoamento da produção de soja vinda da região de Balsas – anel da soja no sul do Maranhão – ao porto do Itaqui, na grande São Luís, para exportação dessa *commodities* ²

Além dessa rodovia, o município também é cortado pela Estada de Ferro Carajás da mineradora Vale S/A.

² O termo *commodities*, conforme a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (2020), são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais *commodities* são o café, a soja, o trigo e o petróleo.

Imagem 6: Grande trem de minério da Estrada de Ferro Carajás, estacionado no pátio da locação 21, Vila Pindaré, Buriticupu, estado do Maranhão.



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-22032007/>

A mineradora chega a impactar diretamente - ambiental, social, cultural e politicamente - seis comunidades ribeirinhas assentadas da “Reforma Agrária” que produzem suas existências as margens do rio Pindaré – e que, na maioria das vezes, ficam impedidas de acessarem ao rio, posto que a estrada de ferro fica entre este e suas moradias além dos inúmeros acidentes com mortes fatais de animais e pessoas que ao atravessarem os trilhos são atropeladas pelo trem.

Além das áreas de assentamentos que constituem o “território” de Buriticupu, o município também abriga várias comunidades (aldeias) indígenas do povo da etnia Awá Guajá (ver imagens abaixo) pertencente à família linguística tupi-guarani.

Imagem 7: Liderança indígena na Assembleia da Cocalitia (Coordenação da Comissão dos Caciques e Lideranças Indígenas da Terra Indígena Araribóia), realizada na aldeia Zutiwa, Arame- MA.



Fonte: Instituto Socioambiental (2018)

Imagem 8: incidência criminosa de madeireiros no desflorestamento da terra indígena Araribóia.



Fonte: Instituto Socioambiental (2018)

Esse povo - Awá Guajá - tem como característica a mobilidade territorial (nomadismo tradicional) que caracteriza seu modo de viver e com o advento das frentes de expansão de fronteiras agrícolas e de processos de colonização com vistas à exploração de recursos naturais (madeira) e apropriação das terras acompanhados de intensos processos de ameaças por madeireiros, fazendeiros e grileiros. Como forma de resistência pela sobrevivência e em defesa do território, esse povo tem feito o enfrentamento contra a expansão das fronteiras agrícolas numa luta extremamente desigual, onde lideranças são assassinadas por ações de pistoleiros, supostamente a mando de madeireiros e agropecuaristas.

Imagem 9: Equipe Guajajara de Agentes Indígenas Ambientais na aldeia Zutiwa, Terra Indígena Araribóia.



Fonte: Instituto Socioambiental (2018)

Imagem 10: Homenagem aos guardiões da floresta assassinados na aldeia Zutiwa.



Fonte: Instituto Socioambiental (2018)

Além desse povo ainda há os Awá isolados e os Guajajaras que dividem a TI (Terra Indígena) Araribóia, esta perpassa os municípios de Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Grajaú, Santa Luzia e Buriticupu somando uma extensão territorial de 413288 (ha) com uma população total de 5317 habitantes atualmente.

Só em 2019, dos 68 assassinatos

registrados no país, 19 foram executados no Maranhão o que faz que o estado responda pelo maior número de assassinatos de indígenas em conflitos por terra nos últimos dez anos. Em nossa forma de ver, deve-se a um projeto instituído e patrocinado pelo modelo de “Desenvolvimento” adotado e em curso no Campo, que propicia disputas e irregularidades.

Imagem 11: Indígena Guajajara assassinado no Maranhão/2019.



Fonte: <https://midianinja.org/>

Esse não tem sido um caso isolado de como os povos indígenas são impactados em seu modo de viver por projetos de colonização e “modernização” a partir do avanço e da expansão de fronteiras agrícolas em diversos “territórios” de povos e comunidades tradicionais, mas notadamente e com maior intensidade no Bioma Amazônia. O boletim “entre o fogo e a motosserra: os Awá Guajá da Terra Araribóia” do projeto de proteção etnoambiental de povos indígenas isolados na Amazônia brasileira, produzido por trabalho indigenista (2017), endossa que:

A Amazônia maranhense é marcada pelos efeitos de um modelo de uso e ocupação do solo norteados pela expansão da fronteira agropecuária, por grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento, e pela exploração ilegal de recursos naturais, notadamente, os recursos madeireiros – gerando impactos ambientais, conflitos fundiários e violência no campo, com efeitos negativos de forma ampliada para toda a sociobiodiversidade existente nesta região. (TRABALHO INDIGENISTA, 2017, p. 1b)

O que nos leva à compreender que o cenário da Questão Agrária no Maranhão e, em particular, no município de Buriticupu é parte de uma peça de engrenagem do sistema de produção capitalista e reflete como esse projeto de “Desenvolvimento” e “Modernização” do Campo impacta os “territórios” e o modo de vida de diferentes comunidades e povos tradicionais.

Nessa esteira de análise, sobre as expressões de violência no campo e como essas se expressam como resultado da expansão capitalista, Binkowski (2018) reflete que

O que parece sustentar essa violência é a impunidade (corrupção, perseguições políticas, prisões arbitrárias, etc.), a desarticulação e sucateamento de órgãos fiscalizadores estatais (Fundação Nacional do Índio- FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA entre outros), o avanço de grandes corporações econômicas no campo e a construção de grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento (impactos ambientais, sociais, econômicos, culturais, territoriais, etc.). (BINKOWSKI, 2018, p. 13)

Todo esse cenário de articulação das peças de engrenagens desse sistema, operam e guardam relações com um modo de pensar o Campo de maneira a implementar verdadeiras políticas de “limpeza demográfica” para o extermínio do campesinato, “uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política.” SANTOS (2000, p. 19).

2. BURITICUPU, A QUESTÃO AGRÁRIA E O PAPEL DO ESTADO

Iniciamos nos posicionando e sustentando que a Questão Agrária expressa um conjunto de elementos sócio-político e econômicos vinculados às expressões da questão social da conjuntura camponesa que se materializa e se reconfigura, de maneira específica, conforme realidade local e em cada período histórico como sendo reflexo genuíno do modelo de produção capitalista globalizado que tem disputado o Campo à bem de sua auto reprodução. Isto quer dizer que as formas de uso da terra e suas contradições na propriedade privada também tem expressões locais diferenciadas, que necessitam de elementos locais para entendê-las e, mais, para agir sobre elas.

Para compreendermos a questão agrária, na conjuntura do território de Buriticupu, precisamos visualizar como esta se deu, sobretudo, no Estado do Maranhão e perceber como se expressou e se expressa no município em estudo, vez que este integra geográfico e politicamente uma parte do território do Estado do Maranhão que se configura como uma das arenas de grandes lutas e conflitos por terra.

A história registra que a luta no país, desde o período do Brasil colônia até a contemporaneidade, tem se direcionado, de um lado, para a instalação da propriedade privada da terra e, de outro, pela conquista e libertação da terra. Dessa luta, vai nascer um quadro de violência que pode ser visualizado por meio, sobretudo, do derramamento de sangue dos que querem fazer da terra um espaço de produção e promoção da vida e não produção de mercadorias direcionadas ao lucro, posto que para os povos e comunidades tradicionais, nas suas múltiplas identidades, a terra tem uma função social não lucrativa.

Neste sentido os sujeitos que insistem em sustentar tal função social da terra,

vão enfrentar, por séculos adentro, uma luta extremamente desigual e exorbitantemente sangrenta no seio da “mãe gentil”. Asselin (2009), ao discorrer acerca da discussão em tela, sustenta que:

No dia 21 de abril de 1500, quando aqui chegaram os portugueses, o país que viria a ser chamado Brasil perdeu a autonomia sobre seu território e iniciou-se o processo de grilagem. Os anos se passaram e estão se completando quase cinco séculos de história de dominação, exploração e grilagem, por um lado, e de escravatura, miséria e luta pela reconquista da terra, por outro. Não há dúvida de que esse território denominado “Brasil” apresenta, hoje, uma configuração muito diferente daquela existente até o dia que marcou o fim de sua independência. (ASSELIN, 2009, p.17)

Em comum acordo com as reflexões de Asselin, sustentamos, também, que a luta pela libertação da terra é a luta pela conquista da nossa independência, enquanto povo construído, e, cujo adjetivo pátrio, sustente nossa relação de filhos e filhas destas terras.

Como base de extração dos elementos conjunturais, estamos demarcando, neste trabalho, como campo empírico, o cenário sócio-político a partir da década de 1960 que vai tencionar o quadro da questão em estudo, com ascensão e tomada de poder pelos militares - ditadura militar - constituída no país em 1964. “Analisar a grilagem de terras nas décadas de 60 e 70 é examinar uma peça da engrenagem do capitalismo até en-

tão centralizado no Sul-Sudeste do país e carimbado “entregue” a 31 de março de 1964”, (ASSELIN, 2009, p. 21.).

Compreende-se, pois, que a história da luta pela terra se debate com a tentativa de oxigenação do capitalismo nessa relação de apropriação e expansão da fronteira territorial pela elite agrário-industrial dominante. As marcas desse cenário, no contexto do Estado do Maranhão, vão se expressar, sobremaneira, como sustenta Asselin, nos grilos na Belém-Brasília, no grilo via Carajás e grilo via Pindaré.

A grilagem, como sustenta o autor, acaba por se configurar como uma peça articuladora de apropriação das terras devolutas pelos projetos de “Desenvolvimento” econômico e de sua incorporação ao modelo da propriedade privada genuíno do sistema político dominante.

Neste sentido, a grilagem vai se materializar como um instrumento de poder para subsidiar a concentração da terra ao poderio do latifúndio agrário no Maranhão e foi orquestrado na arena política dos governos José Sarney, passando pela conjuntura do governo de Pedro Neiva de Santana, ocasião em que se deu a criação da COMARCO e a abertura do grilo Pindaré, conforme Asselin (2009). Bem como, o cenário da conjuntura no governo Osvaldo Nunes Freire onde destacamos as prerrogativas da portaria 005/75 do INCRA que conferia “boa fé” aos grileiros e a todos os que adquiriram terras griladas. Trata-se pois da “legalização” de uma prática violenta de apropriação da terra pelas mãos do poder do Estado e, ainda, o cenário do governo João Castelo, onde se evidenciou todo um esquema de fortalecimento dos grilos e, em específico, o de Pindaré num período que vai de 1971 a 1975 Asselin (2009). O desenrolar desse processo de expropriação das terras por meio, sobretudo, da grilagem, revela a conotação, fortemente, do poder do Estado frente às

estratégias utilizadas em favor da propriedade privada das terras devolutas e situa o próprio Estado a serviço dessa engrenagem de oxigenação do sistema capitalista frente às lutas e anseios do campesinato que, entre outros, se evidenciam na luta pela Reforma Agrária.

No sentido de conceituar a categoria campesinato, Fernandes (2008, p. 50) considera que “O campesinato é uma classe que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo, do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção”. Neste embate, localizam-se de forma antagônica aos detentores do poder econômico, a elite agrária, que tem avançado rumo à modernização de seus empreendimentos agrícolas desde a década de 1960. Quanto à essa questão, Silva (2012) considera que:

[...] a partir dos anos de 1960, com as mudanças induzidas pela industrialização, a base técnica da agricultura foi alterada decisivamente, como incorporação de um pacote tecnológico combinando uso de máquinas, irrigação, fertilizantes e defensivos químicos, além de assistência técnica e suporte financeiro público, visando alcançar elevados padrões de produtividade. Em termos gerais, essa é a chamada modernização da agricultura brasileira (SILVA, 2012, s/d).

Um outro dado se deu no cenário político da desigualdade da representação política. Nesse sentido, estatisticamente é possível visualizar que o Estado tem garantido, a partir do início do processo de industrialização, com mais rigor e amplitude as demandas do agrogócio em detrimento dos direitos das populações camponesas.

Esse processo se materializou dentro de vários espaços políticos, dentre

eles, o espaço legislativo e executivo, pela via da pressão de grupos conservadores organizados como a chamada Bancada Ruralista³. Através desta, defendem-se os interesses hegemônicos com objetivos de financiar os empreendimentos agrícolas de monocultura da elite agrária, bem como proteger da construção e/ou aplicação de leis que atinjam os interesses destes grupos. Sobre isso, Alentejano (2012) ilustra de forma clara o abismo objetivo e numérico da realidade representativa no campo político,

Imagem 12: O Congresso Nacional e a liberação de agrotóxicos



Fonte: VEJA (2018).

3 “A Bancada Ruralista é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio. Seu surgimento é fruto do debate travado nos anos de 1980 pelo patronato rural brasileiro, em uma ofensiva ao velho e atrasado mundo agrário. A modernização agrícola, com a instituição de novos padrões de produção no campo e a introdução de avanços tecnológicos, em decorrência do casamento entre a agricultura e a indústria, foi a base sobre a qual se edificou este pensamento. O debate brasileiro sobre tal questão BARCELOS; BERRIEL, 2009) aponta que este novo discurso estava centrado nos seguintes eixos: 1) instituição de novos códigos de conduta, mas conservando-se, ainda, as velhas e tradicionais posturas clientelistas e oligárquicas do setor; 2) renovação da legitimidade das estruturas de poder dos grandes proprietários e empresários rurais; e, 3) fortalecimento ao direito de propriedade, com o ocultamento da temática da questão agrária brasileira. O discurso predominante buscava construir uma identidade comum a todos os homens do campo, como se as questões que permeiam o mundo rural atingissem de forma similar todos os atores sociais que o compõem, ocultando, conseqüentemente, a histórica luta de classes no meio rural brasileiro e a disputa pela terra e por sua concentração (SIMIONATTO & COSTA, 2012, p. 219-220)”.

Um dos resultados desta profunda iniquidade na distribuição de terras no Brasil é, segundo Carter (2010), a discrepância da representação política entre camponeses e/ou agricultores familiares (1 deputado para 612 mil famílias entre 1995 e 2006) e grandes proprietários (1 deputado para 236 famílias), uma diferença de 2.587 vezes. Como consequência direta dessa desigualdade, os grandes proprietários conseguiram obter 1.587 vezes mais recursos públicos do que os camponeses e agricultores familiares para o financiamento da produção agropecuária. Segundo o IBGE, em 2006, os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares (0,9% do total) captaram 43,6% dos recursos, e os com até 100 hectares (88,5% dos que obtiveram financiamento) captaram 30,42% dos recursos (ALENTEJANO, 2012, p. 355).

Mas, como podemos pensar o Estado nestas correlações de forças desiguais em torno da dimensão política e jurídica da questão agrária?

Compreende-se que, em meio a essa arena política, o Estado é constituído e disputado pelas forças antagônicas que fazem emergir interesses em detrimento de seus projetos de sociedade. Neste sentido, Antônio Gramsci, filósofo marxista italiano, propôs, já no século XX, uma ampliação da leitura crítico-dialética em torno da definição do caráter do Estado. Com isso, construiu uma concepção ampliada que partiu da reflexão dos conceitos de Sociedade Política e Sociedade Civil, como elementos de um mesmo corpo que interagem e se interconectam dialeticamente. O Estado em Gramsci, assim, é definido como o espaço

[...] em que se imprimem novas determinações, contemplando duas esferas principais, a sociedade política (Estado em sentido restrito, ou Estado-Coerção) e a sociedade civil. A primeira corresponde ao conjunto de organismos ancorados na responsabilidade de

elaboração do arcabouço jurídico-coercitivo. [...] A outra composição desse Estado Moderno é a sociedade civil, que para Gramsci, é representada pelo conjunto de organismos responsáveis pela elaboração/difusão de ideologias ou aparelhos privados de hegemonia, e compreenderia as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), dentre outros (SANTOS, s/d).

Essas forças antagônicas, segundo Gramsci, compõem o Estado Ampliado e, a partir deste aparelho/relação, é que giram os interesses político-ideológicos das representatividades constitutivas do próprio Estado.

Isso permite compreender que o Estado, nessa perspectiva, constitui-se como um espaço, genuinamente, contraditório e de acirramento de conflitos mediante sua estrutura orgânica e que, ora se coloca totalmente a favor dos interesses da classe dominante, e ora apresenta uma postura de conciliação entre as partes que o constitui. O importante é que a concepção gramsciana nos faz entender o estado como espaço de disputa e de expressão dos conflitos, visibilizando que a sua rígida existência é uma construção, o que daí deriva poder destruí-lo também como aparelho de coerção, propondo a imaginação de outras regulações para o poder.

Com base na correlação de forças dessas esferas é possível fazer manutenção, conservação ou alteração de interesses dominantes divergentes. Como pode-se observar a representatividade da sociedade política tem em seu arcabouço ou aparato o conjunto das organizações jurídico-administrativa com acentuada coerção e repressão, mas também em constante disputa.

Já a representatividade da sociedade civil reside no trato privado da ideologia como sendo a ferramenta estratégica de dominação do Estado e, portanto, de supe-

ração das desigualdades sociais. Portanto, “O Estado não é um mero instrumento de poder da classe dominante, mas é objeto de disputa entre as classes, na perspectiva de fazer valer seus interesses.” (CAVALCANTI, 2012, p. 15 a 16)

A luta dos camponeses pela garantia do acesso aos direitos políticos e sociais frente aos interesses da camada dominante é, extremamente, desigual e quase que inalcançável, pois, a instituição político-administrativa, que deveria resguardar os direitos e interesses da sociedade, o faz na medida da hegemonia burguesia.

Nessa perspectiva, e considerando a concepção de Estado ampliado em Gramsci, as conquistas da classe trabalhadora só se tornam possíveis no campo real da luta de classes. É notório que o Estado no contexto capitalista assume uma condição de mediador a serviço da conservação da hegemonia da classe burguesa. Desta forma, a garantia de políticas sociais emerge dependendo do jogo político em torno da pressão e correlação das forças no embate de classe. Segundo Cavalcanti (2012),

[...] O Estado faz a mediação entre as demandas sociais da classe trabalhadora e os interesses do capital. Assim, não são todas as demandas da sociedade, nem as demandas em sua totalidade, que se transformam em políticas públicas. Estas passam por um longo e complexo processo de “filtragem” no interior das instituições do Estado, que envolve os poderes legislativo, executivo e judiciário e todas as suas instituições nas diferentes esferas de Estado (CAVALCANTI, 2012, p. 17)

Por isso, as lutas travadas pelos camponeses pela afirmação de seus territórios é também e, ao mesmo tempo, uma luta pela tomada do poder de Estado em prol dos trabalhadores.

Assim, o projeto de “Desenvolvimen-

to” econômico defendido pela burguesia agrária, tem o Estado como uma mediação fundamental que dá sustentação aos seus empreendimentos, ao passo que o entendimento do Estado, do ponto de vista dos camponeses, limita-se numa outra compreensão, qual seja: o Estado como sendo uma instituição promotora de direitos, por meio de políticas sociais públicas mediante sua ocupação por aqueles.

Há, portanto, uma disputa em torno dos projetos societais e o Estado está inserido nesse quadro de luta de classes. Esta luta visa alcançar aquilo que Gramsci denominou de Hegemonia.

Para Mendonça (2007), abordar hegemonia, em Gramsci, remete a reflexão para a questão da Cultura, que não se separa da economia e política. Falar de ideologia é considerar a produção da cultura e todas as suas nuances. Assim, aos camponeses cabe acirrar as tensões através das contradições inerentes à estrutura do Estado, para construir um projeto contrahegemônico, afinal “Tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX, 1996). Isto nos coloca desafios em (re)pensar os modos de afirmação: de ‘fazer’, ‘produzir’ e de identidade que, ao mesmo tempo que nos identifica como camponeses, rompe com a lógica capitalista de produção. Por isso, estamos a disputar escolas, vivências, diálogos, etc.

Diante disso, o Estado enquanto instrumento de conciliação e/ou controle entre as classes que o constitui expressa-se por meio do enfrentamento político-ideológico e da correlação de forças. Neste contexto, considera-se que, através da luta de classes, devem ser materializadas as condições necessárias para, no caso, os camponeses instituírem e firmarem seu projeto de sociedade com autonomia e soberania popular.

O agronegócio tem mantido formas de controle político, econômico e midiático com forte mediação do Estado para conti-

nuar mantendo o processo de dominação territorial no contexto do campo e reprodução da estrutura agrária capitalista. Nessa linha de análise sustenta Rodrigues (2012 b, p. 21) que:

O paradigma de desenvolvimento hegemônico no campo tem como base estrutural a grande propriedade, monocultura, capitalista e exploradora de recursos naturais e de força de trabalho humana. Esse modelo não tem apenas impacto local, mas tem reflexos a nível regional e nacional. Os impactos são físicos, econômicos e sócio-culturais, sobre uma parcela do ambiente natural e, também, sobre uma diversidade de grupos sociais que subsistem direta ou indiretamente de recursos naturais que são perdidos ou apropriados privadamente com a expansão desse modelo.

É importante considerar que é esse o modelo de projeto que está sendo forjado hegemonicamente no território do Campo pela elite agrária sob o discurso ideológico de “Desenvolvimento” e progresso, sobre o qual o Estado media a legitimação. Essa dinâmica de disputa por território tem produzido um cenário de extrema violência. Nesta disputa, o projeto camponês sofre ataques e/ou silêncios frequentes, sobretudo do judiciário.

Imagem 13: O poder do Agronegócio



Fonte: Sasaki (2017)

No Maranhão, com a criação da delegacia de terras de Imperatriz, criada por ocasião do Governo, José Sarney, nos idos de 1968, com intencionalidades claras de conferir àquela organização governamental, poderes para que o grito Pindaré cumpra sua função, qual seja, aprisionar as terras públicas nas mãos de empresários e latifundiários e, com esta feita, além de conferir a manutenção e reprodução desse sistema, também, acaba por retardar toda e qualquer possibilidade de as terras serem destinadas para fins de Reforma Agrária.

Asselin (2009), quanto a isso, considera que os objetivos da delegacia era “... disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado [...] sua atuação veio posteriormente, pela lei das terras, nº 2.949, de 17.6.69, do estado do Maranhão, promulgada pelo decreto 4.028, de 28.11.69, que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação das sociedades anônimas. (ASSELIN, 2009, p. 37)

Nesse recorte, percebe-se que os dispositivos ditos “legais” nada mais serviram do que para consagrar a propriedade privada da terra que, certamente, era habitada por comunidades e povos nativos. Junta-se todas as forças econômicas e políticas para, o violento e sangrento, processo de maximização do “senhor capital”, por meio da concentração fundiária e sua consequente expansão território a fora. O poder político vai se organizar nas prefeituras e até mesmo na Assembleia Legislativa do Estado visando articular grupos “factoides” para a prática da grilagem institucionalizada pelas oligarquias. À luz do oposto, considero, extremamente, oportuna as reflexões de Asselin ao sustentar que:

... a corrente da grilagem juntava todos que tivessem qualquer tipo de força econômica e política, indo do lavrador rico ao governa-

dor. Juntavam-se até adversários políticos locais, todos eles com o objetivo de prenderem a terra para si como grande negócio. (Asselin, 2009, p. 41)

Nota-se assim, que o processo de aprisionamento das terras do grilo Pindaré (uma articulação da grilagem no Maranhão com alcance territorial em vários municípios da pré-Amazônia maranhense), sem sombra de dúvidas, foi projetado e patrocinado pelo Estado numa prática contrária à sua razão de ser à luz da sociedade política conforme Antônio Gramsci.

Asselin (2009), nesse estudo, revela o extrato desse cenário na década de 1960 e pondera “Enfim, os anos 60 são encerrados com a elite local envolvida totalmente na grilagem, dentro de uma aliança cada vez mais forte e mais ampla com os poderosos do Estado e do país [...]” (ASSELIN, 2009, p. 41)

Imagem 14: As queimadas



Fonte: Diário do Nordeste (2020).

Dado o processo de expropriação das terras, o próximo passo seria sua exploração que vai se dar sobretudo, com atividades da agropecuária e da extração de madeira. A década de 1970 registrará o processo de expansão desse tipo de atividades econômicas e de devastação da floresta pré-amazônica, por meio dos grandes projetos. “Os anos 60

preparavam as veredas para a entrada desses novos atores nacionais e estrangeiros no palco da agricultura maranhense” (ASSELIN, 2009, p 42).

Fraudes e falsificação de documentos foram práticas comuns junto a cartórios de registros de títulos para então conferir “legalidade” à da grilagem no Maranhão. É no interior desse processo que o campesinato maranhense vai registrar, em sua história, um longo capítulo de extrema violência, assassinatos, incêndios a moradias e empreendimentos dos trabalhadores, como às casas de farinha acrescentando as prisões arbitrárias, trabalhadores queimados vivos nas matas para não pagarem pelos seus serviços, pistolagem e expulsão dos nativos e trabalhadores rurais de suas terras, entre outras violências que sintetizam esse capítulo da questão agrária no Maranhão. Sobre isso, Feliciano (2016) adverte que:

A pistolagem é uma prática muito antiga no Brasil. Ela consiste na contratação de profissionais que prestam/alugam seus serviços a fazendeiros ou empresas para ameaçar, agredir ou matar pessoas que estão incomodando ou questionando determinado poder. Parte dos assassinatos no campo são frutos desse processo de pistolagem e que, também por conta de uma estratégia silenciosa e ameaçadora, dificilmente são punidas, assim como seus mandantes. [...] nesse início do século XXI, a prática arcaica da pistolagem assombra, em média, 32 famílias por dia no Brasil. (FELICIANO, 2016, p. 94).

Quanto a esse estarrecedor, quadro de violência institucionalmente permitida, uma vez que não é ou é inadequadamente investigada, quando não empreendida pelo próprio estado, o autor em referência salienta que “... a violência é inerente à grilagem, uma vez que é peça articuladora de aproximação das terras devolutas pelos

projetos econômicos e de sua incorporação ao modelo da propriedade privada do sistema capitalista.” (ASSELIN, 2009, p 151)

A história vai se desenhando de forma a evidenciar que, no Maranhão a luta campesina se faz denunciando as intencionalidades, expressas por parte dos governantes, direcionadas para o desenvolvimento econômico do sistema dominante haja vista que as demandas e necessidades da população, usuária e titular de políticas públicas, nunca foram consideradas como prioritárias nos planos de governos (ASSELIN, 2009).

Fica evidente que a estrutura político-jurídico do Estado, bem como, todos os dispositivos legais que foram criados e instituídos, sempre estiveram direcionados para subsidiar a engrenagem desse projeto de sub colonização do Maranhão.

Esse aparato político-jurídico, constituído pelos que detêm o poder econômico e político, confere legitimidade à aliança das estruturas que selaram o pacto da grilagem no Estado do Maranhão e incorporando, dessa forma, grandes extensões de terras públicas ao patrimônio de empresários e latifundiários. Para tanto, a COMARCO figurou como estrutura fundamental para operar com a fraude legitimizada da grilagem nos limites dessa unidade federativa.

Compreendemos que é em meio a esse cenário que a questão agrária no Maranhão vai se consolidando num retrato sócio-político de violência institucionalizada e demarca, de um lado, o projeto de desenvolvimento econômico, a bem da verdade, sob a tutela do Estado, e de outro, os camponeses com seu projeto de desenvolvimento social e órfãos dos cuidados do Estado.

3. EFEITOS DO DES- ENVOLVIMENTO EM BURITICUPU: A LUTA PELA TERRA E O MATOPIBA

As questões de posse e uso de terra que configuram a estrutura agrária no município de Buriticupu, produz este quadro de violência tutelada e assistida pelo Estado brasileiro e, que nos limites desta pesquisa quisemos evidenciar e problematizar, a luz do projeto de sociedade que anisamos, as condições de produção de vida dos camponeses, bem como, formas de resistência frente a expansão de projetos e políticas que acabam por atentar contra seus territórios e sua soberania. O território geográfico que hoje abriga o município de Buriticupu também registra um extrato que revela as nuances da questão agrária projetada no bojo da “subcolonização” do Maranhão, por meio da COMARCO.

Imagem 15: Grande propriedade de terra, fazenda



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc>

A região Vale do Pindaré é considerada como o berço da concentração fundiária e especulação de terras devolutas do Estado, principalmente, no cenário político das décadas de 1970 a meados de 1990, período em que houve o desbravamento dessas terras, por meio de um projeto de desenvolvimento, aos moldes coloniais. E para onde foram as

inúmeras famílias que para cá foram trazidas sob o discurso de que teriam terras e as condições para produzirem sua existência? Na verdade, as famílias foram ocupar as terras mais distantes e sem acesso e, ainda, sem água. Desiludidas, muitas migraram para outras regiões do Estado e as que ficaram foram obrigadas a conviverem, na condição de colonos, sem assistência devida e necessária do Estado.

No processo de ocupação pelos chamados posseiros, em Buriticupu, também vai se configurar um quadro de lutas pela terra e pela demarcação de um projeto de campo e de sociedade. A luta pela terra, protagonizada pelos camponeses, envolverá vários posseiros e sujeitos coletivos, dentre eles o MST- Movimento dos Trabalhadores sem Terra, que junto vão desencadear as primeiras ocupações de terras na região. Não é por demais lembrar que as terras de que falamos, são aquelas do processo de grilagem e que se encontravam no poderio de grandes empresas e latifundiários. Registra-se, também, nesse processo, a aliança com setores progressistas da Igreja Católica e, em específico, as Comunidades Eclesiais de Bases (Ceb´s), que deram importante contribuição na luta pelo redesenho do espaço agrário em Buriticupu.

O município, como resultado da atenção dispensada por parte do Estado, vai gerar e sustentar um quadro social de pobreza extrema, violência e insegurança alimentar e, com isso, acaba por gerar no imaginário social, uma imagem distorcida e negativa de sua gente. Distorcida, porque, a nosso ver, essas expressões são de natureza social e, como tal, carecem de um olhar, por parte do Estado, tratando-as como de sua responsabilidade. A imagem social que Buriticupu sustenta é, na verdade, projetada pelo próprio

Estado quando este não cumpre com suas prerrogativas, o município é, pois, o autorretrato do Estado.

Quando dissemos, que o retrato agrário que o município sustenta foi projetado pelo Estado, não estamos dizendo que esse cenário se deu de forma imediata, na verdade, esse é resultado de um longo processo histórico da luta pela terra no Maranhão. Silva (2012, p. 10) nos ajuda a entender de forma mais clara quanto ao papel do Estado nesse processo, os autores enfatizam que “Boa parte da problemática responsável pelos baixos indicadores sociais e das profundas desigualdades existentes no Estado do Maranhão tem origem na Política de descaso dos sucessivos governos com os trabalhadores da terra.”

As reflexões de Silva (SILVA, 2012, s/d.), em parte dialogam com o que sustentamos acerca do papel do Estado como agente promotor do quadro sócio-político de Buriticupu. De todo modo, fica evidente não somente o descaso, mas também, a opção política do estado em defesa da propriedade privada do sistema capitalista.

Consideramos, pois, que as conquistas de direitos, e a história registra isso, só se efetivam por meio da organização e das lutas dos trabalhadores, porque nem as leis nem o Estado, por si só, vão conferir e garantir a materialidade, na vida dos sujeitos concretos, direitos que lhes permitam viver de forma digna. Nessa linha de análise, Coutinho, 2006 adverte que:

...os direitos fundamentais e universais a homens e mulheres de todo mundo não se asseguram apenas pela formalidade das leis ou pela imposição política do Estado. A garantia, a qualidade e a acessibilidade aos direitos civis, políticos e sociais são, principalmente, resultantes da organização e luta de todos os povos que aspiram condições de vida digna. (COUTINHO, 2006, p.103)

É partindo deste princípio e tendo como base, orgânica, suas condições de vida,

que os trabalhadores camponeses vão forjar estratégias de luta e de resistência pela demarcação de seus territórios. No caso do município em estudo, esse processo se deu em meio uma construção camponesa em suas múltiplas identidades - posseiros, arrendatários, agregados, colonos e, por último, assentados.

Imagem 16: Marcha luta pela terra, (MST)



Fonte: <https://jornalistaslivres.org/>

Como resultado das lutas desse camponato, o território geográfico de Buriticupu, segundo dados do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) é constituído de 16 assentamentos de Reforma Agrária, destes, três são de responsabilidade do Estado, via Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), antiga Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) e treze são vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Para efeito de análise das condições de reprodução da existência dos camponeses, estamos demarcando neste trabalho o cenário do Assentamento PE Buriti (Projeto de Assentamento do Estado)

De acordo com o STTR do município em estudo, a agricultura camponesa encontra-se, fortemente, ameaçada e, se não houver uma ação interventiva no sentido de barrar o avanço do agronegócio e das políticas que lhe são genuínas, a agricultura de base familiar pode estar com os dias contados.

Ainda segundo a Instituição, o processo de desterritorialização juntamente com o desflorestamento se deu de forma célere e pode ser visualizado pelo esvaziamento populacional de várias agrovilas que integram o PE Buriti, assentamento este, diretamente impactado pela expansão da fronteira agrícola materializado no aprisionamento das terras aos latifundiários e na implantação da monocultura de soja, numa extensão territorial de mais de dez mil hectares de terras da “Reforma Agrária”.

Imagem 17: A região do MATOPIBA



Fonte: Agro Olhar (2020).

O Assentamento em estudo, muito embora não esteja localizado, geograficamente, na espacialidade de domínio do “território” do MATOPIBA, em nossa leitura, sofre interferências e impactos, ainda que de forma indireta, da chamada “última fronteira agrícola do Brasil”, posto que essas terras incorporam uma região que está sendo invadida e dominada pelo avanço do agronegócio, principal expoente do MATOPIBA.

Mas, muitas são as estratégias de organização das famílias assentadas como forma de acessibilizar as políticas públicas, dentre elas: as de saúde, educação, assistência técnica e políticas de créditos como meio de produção e reprodução de sua existência e de seus territórios. E neste exercício, estamos dialogando com as reflexões de Si-

monetti citado por Lopes e Alencar (2014), que ao considerar sobre a territorialização da luta pela terra, aborda que:

O assentamento representa o resultado do processo, a terra conquistada - a apropriação do território capitalista aquele sob hegemonia capitalista que é apropriado pelos camponeses. A apropriação do território, materializada no assentamento, não esgota no processo de luta. Desdobra-se em outras lutas para a conquista de créditos, infraestrutura e demais condições necessárias para viabilizar a produção e a vida nos assentamentos como escola para as crianças, postos de saúde, cooperativas, associações e etc. (SIMONETTI, 2006, p. 6)

No bojo dessa discussão, ratificar que a luta dos camponeses pela sobrevivência em seus territórios é pela auto afirmação de sua soberania, autonomia e pela existência tal como a concebe os camponeses. Se antes, a luta estava focada pelo sonho e desejo de conquista da terra, num segundo momento, a luta vai se reconfigurar e se redesenhar em duas frentes, que dialogam entre si, onde uma estará direcionada pela garantia da terra conquistada, e a outra, volta-se para a conquista das condições de produção da vida por meio de políticas públicas estruturantes, forçando ao Estado a fomentar políticas que, de fato, atenda as suas necessidades e demandas. Oliveira (2001), discute essa questão e considera que:

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: Uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileiras. São por tanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001, p.189)

É público e notório, nos limites do espaço agrário do município de Buriticupu, uma espécie de “Limpeza” demográfica que se dá de forma silenciosa e que vem sendo desencadeada, sem sombra de dúvidas, por intermédio do Estado quando este, de forma intencional, faz-se ausente na oferta das políticas públicas de fixação do homem do campo no campo.

A pesar da resistência dos camponeses em continuarem sendo camponeses, as investidas da política agrária operam na direção do enfraquecimento do campesinato. Não custa lembrar que para a expansão do desenvolvimento do agronegócio, faz-se necessário a ocupação de mais território geográfico e, nessa dinâmica, ao passo que a agricultura de mercado se territorializa, concomitantemente se desterritorializa o projeto da agricultura camponesa dando ânimo e oxigênio ao fenômeno do êxodo rural.)

Para delimitar e territorializar o desenvolvimento no campo maranhense, o chamado MATOPIBA chega com a expressão de um conjunto de políticas governamentais regulamentadas via Decreto Presidencial número 8447/2015 para a “modernização e desenvolvimento” nos limites dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. De início, chamamos atenção para o fato de que esse, apregoado, “Desenvolvimento” não está voltado para a melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades que vivem nos “Múltiplos Territórios” que o “Território Uno” do Matopiba ocupa.

O MATOPIBA, segundo dados da EMBRAPA, resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geopolítica caracterizada pela expansão de uma nova (velha) fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade para a oxigenação do sistema de produção vigente. Esse projeto é espelho do modelo, predatório, de “Desenvolvimento” adotado

e em curso no Campo e reluz a tônica do avanço do Capital Agrário e Financeiro na territorialização do Cerrado Brasileiro via “modernização” da agricultura capitalista.

Imagem 18: O agronegócio



Fonte: SISTEMA FAEB (2020).

Trata-se de um mega projeto que vem, a décadas, sendo implantado nesses estados com intencionalidades claras – a de oxigenar o sistema capitalista por meio da agroindústria e da agricultura modernizada vislumbrando a máxima produção para atender ao mercado externo. “...Na verdade o Matopiba é o próprio agronegócio” (Costa, 2015).

Cumprir observar que o Matopiba para além de sustentar um conjunto de interesses econômico e político da agricultura capitalista, segundo apontamentos da nota técnica número 1 da Embrapa, constitui-se como uma terminologia que expressa uma realidade geográfica, caracterizada pelo avanço de uma fronteira agrícola baseada no uso de tecnologia de alta produtividade.

O projeto do Matopiba carrega em si, o modelo de desenvolvimento pensado para o campo numa perspectiva vertical da produtividade para o mercado donde se infere que o termo regente que regula o processo produtivo, não advém do conjunto das expressões da questão social (e suas demandas), mas do próprio mercado que se posiciona como o indutor do chamado “Desenvolvimento” para a oxigenação e reprodução do sistema capitalista de produção.

A espacialidade do Matopiba está localizada dentro de “territórios” geográficos e políticos constituídos e que abrigam vários povos de culturas e historicidades distintas que podem ser identificados como camponeses, dentre eles: quilombolas, indígenas, assentados, acampados ribeirinhos, sobretudo, e que adotam concepção de desenvolvimento numa perspectiva contrária àquela adotada por esse empreendimento.

Imagem 19: As correntes do MATOPIBA



Fonte: <https://www.coopersa.com.br/>

Na esteira disso, Carvalho e Costa (2014, p 115) abordam, conceitualmente, que o “Campepinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território.” E, considerando que a realidade histórica é dinâmica e dialética, esse campepinato não é algo estático que não sofra alterações e modificações ao longo do tempo e do espaço, mas se metamorfoseia, se reconfigura de forma que as diferentes formas de ‘ser camponês’, grosso modo, podem ser explicadas pelas formas de produção e pela maneira que as unidades camponesas vão sendo condicionadas às regras do sistema dominante. O autor enfatiza que:

Nessa diversidade camponesa, insere-se uma multiplicidade de famílias que não se autodenominam necessariamente de camponesas. Uma ampla variedade de autonomizações pode ser identificada no Brasil, resultante de suas histórias de vida e de seus contextos. (Costa e Carvalho, 2014, p. 118)

O projeto Matopiba não está configurado numa perspectiva de valorização das culturas existentes na espacialidade dos vários territórios, tampouco, no sentido do fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, mas calcado no entendimento de que o desenvolvimento está para oxigenar o mercado e, com isso, solidificar, ainda mais, o sistema capitalista de produção, vez que na região do referido empreendimento, predomina a existência de uma agricultura cuja produtividade é, relativamente, baixa e de rentabilidade econômica ínfima.

E ainda, segundo a referida nota que o embasa, “A caracterização territorial do Matopiba buscou incluir num território geograficamente coerente a dinâmica de expansão da agricultura moderna nessa região e do crescimento econômico decorrente, observados nas últimas décadas” (MIRANDA E CARVALHO, 2014, p. 10).

Este entendimento, nos parece incoerente e não se sustenta o objetivo central do Matopiba impresso no plano de Desenvolvimento Agropecuário do projeto, quando afirma que o mesmo tem por finalidade: “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (GONÇALVES, 2019).

O PDA (Plano de Desenvolvimento Agropecuário)⁴ do Matopiba, instituído via Decreto presidencial número 8447 de 2015 confere “legalidade” ao processo de destruição dos “Territórios” do Cerrado brasileiro, bem como, toda sua biodiversidade, povos e comunidades tradicionais em nome de um desenvolvimento econômico, pois ao referir-se sobre as categorias existentes – indígenas, quilombolas, assentados e outros, o faz numa tônica de esvaziamento dessas categorias conferindo-lhes pouca importância e relevância social.

4 <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150514_MATOPIBA_MA.pdf>. Acesso em 03 de Jul. de 2020.

Pois, o “desenvolvimento”, por meio da modernização da agricultura, adotado neste empreendimento, considera as distintas formas de vidas como interferências ao processo de expansão da fronteira agrícola, fato que justifica as três diretrizes do referido plano, conforme segue:

I - Desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II - Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias e

III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais. (BRASIL, 2015, p. 1).

Tais diretrizes, torna perceptível as intencionalidades desse modelo de desenvolvimento. Em nenhum momento, se percebe preocupação quanto ao desenvolvimento social e a qualidade de vida dos sujeitos genuínos aos territórios impactados (não está expressa no projeto de modo propositivo); de nenhuma maneira esse empreendimento tem dialogado com as demandas dos povos e comunidades que são atingidos mais violentamente (em fóruns coletivos ou múltiplos) o que torna oportuno afirmar que a realidade agrária que constitui o cenário da espacialidade do Matopiba contribuirá para um desenvolvimento desigual e combinado, conforme Oliveira (1986), mesmo que isso não fique claro de início, posto que o discurso de que a modernização da agricultura trará emprego e melhoria da qualidade de vida acaba por escamotear os efeitos contrários desse modelo e, de uma certa forma, seduzir as comunidades que já vivenciam um “desenvolvimento” às avessas.

Mesmo com essa forte investida, intencional e institucional, por parte dos governos por intermédio das políticas de desenvolvimento para o campo, contra a

existência dos camponeses, estes, na luta por demarcar seus territórios, tem forjado estratégia de resistências e de enfrentamento à esse modelo predador de pensar o campo na lógica da produção de mercadorias e, ainda dialogando com Silva (2019, p.175), “há grupos que resistem a estas armadilhas e preferem continuar com um envolvimento com o seu lugar reafirmando as suas práticas de produção e as suas subjetividades”.

Imagem 20: Agricultura familiar



Fonte: <https://www.coopersa.com.br/>

No que se fere à terras indígenas, o MATOPIBA engloba um total de 28 terras de diferentes povos indígenas que, certamente, vem sofrendo os impactos negativos impressos pelo avanço do capital por meio desse empreendimento produtivo. As terras indígenas (Tis)– aquelas reconhecidas – dentro da delimitação territorial do MATOPIBA, chegam a somar algo em torno de 29% do total da área e está presente em nove das trinta e uma microrregiões conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Terras Indígenas no MATOPIBA

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA TIs (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Rio Formoso	TO	1.950.926	46,93	46,93
2	Alto Mearim e Grajaú	MA	1.005.749	24,19	71,12
3	Imperatriz	MA	561.199	13,50	84,62
4	Jalapão	TO	305.827	7,36	91,98
5	Porto Nacional	TO	187.215	4,50	96,48
6	Bico do Papagaio	TO	141.753	3,41	99,89
7	Araguaína	TO	3.338	0,08	99,97
8	Bom Jesus da Lapa	BA	981	0,02	99,995
9	Miracema do Tocantins	TO	200	0,005	100,00
10	Cotegipe	BA	TIs EM ESTUDO	-	-
11	Médio Mearim	MA	TIs EM ESTUDO	-	-
TOTAL MATOPIBA			4.157.189	100,00	-

Fonte: EMBRAPA (2014)

Esse quadro representa, em números, o quantitativo de terras indígenas que estão dentro da espacialidade do MATOPIBA, mas não expressa o conjunto de violações de direitos desses povos que estão e serão mais ainda violados pelo avanço do agronegócio em “Territórios” genuínos a esses povos. No Maranhão, segundo dados das notas técnicas da EMBRAPA, conforme ilustração abaixo, se visualiza o alcance e a ocupação de terras dentro das microrregiões – assim denominadas pelo empreendimento – bem como o quantitativo de hectares de terras habitadas por diferentes povos e etnias.

Tabela 3 – Microrregiões do MATOPIBA no Estado do Maranhão

UF	Microrregião	Área da Microrregião (ha)	Municípios
1 MA	Alto Mearim e Grajaú	3.707.008,31	13
2 MA	Gerais de Balsas	3.650.331,67	3
3 MA	Imperatriz	2.924.460,79	18
4 MA	Chapadas do Alto Itapecuru	2.494.633,29	13
5 MA	Chapadas das Mangabeiras	1.677.952,39	8
6 MA	Caxias	1.532.989,58	6
7 MA	Porto Franco	1.422.693,18	6
8 MA	Médio Mearim	1.100.535,57	20
9 MA	Lençóis Maranhenses	1.084.292,89	6
10 MA	Chapadinha	1.022.595,79	9
11 MA	Codó	991.026,18	6
12 MA	Itapecuru Mirim	705.858,57	8
13 MA	Presidente Dutra	655.721,35	11
14 MA	Baixo Farnaliba Maranhense	651.554,13	6
15 MA	Coelho Neto	360.692,18	4
16 TO	Jalapão	5.350.660,51	15
17 TO	Rio Formoso	5.140.571,73	13
18 TO	Dianópolis	4.718.099,49	20
19 TO	Miracema do Tocantins	3.477.610,79	24
20 TO	Gurupi	2.744.542,70	14
21 TO	Araguaína	2.643.960,41	17
22 TO	Porto Nacional	2.119.810,57	11
23 TO	Bico do Papagaio	1.576.795,88	25
24 PI	Alto Médio Gurguéia	2.760.895,75	11
25 PI	Alto Farnaliba Piauiense	2.548.521,38	4
26 PI	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	1.785.354,25	9
27 PI	Bertolínia	1.109.816,78	9
28 BA	Barreiras	5.291.931,20	7
29 BA	Santa Maria da Vitória	4.069.286,99	9
30 BA	Cotegipe	2.300.238,33	8
31 BA	Bom Jesus da Lapa	1.553.041,98	6
TOTAL		73.173.484,58	337

Fonte: EMBRAPA (2014).

Nos limites do Estado do Maranhão o Matopiba envolverá 15 microrregiões englobando um quantitativo de 135 municípios diretamente e ocupando uma extensão territorial total de 23.982.346 ha. No que tange as terras indígenas, serão num total de 3 microrregiões sendo elas: a do Alto Mearim e Grajaú somando uma área de 1.005.749 ha; a de Imperatriz englobando um total de 561.199 ha e, ainda, a do médio Mearim ainda em fase de estudo.

Já em referência às áreas quilombolas, o MATOPIBA, incide e ocupa 249.918 ha de terras tradicionais

podendo ser localizadas em dez das trinta e uma microrregiões conforme ilustração abaixo

Tabela 4 – Comunidade Quilombolas no MATOPIBA

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA QUILOMBOLAS (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Bom Jesus da Lapa	BA	65.282	26,12	26,12
2	Jalapão	TO	62.519	25,02	51,14
3	Dianópolis	TO	57.388	22,96	74,10
4	Itapecuru Mirim	MA	18.291	7,32	81,42
5	Cotegipe	BA	17.370	6,95	88,37
6	Codó	MA	16.489	6,60	94,97
7	Caxias	MA	4.530	1,81	96,78
8	Médio Mearim	MA	3.407	1,36	98,14
9	Chapadinha	MA	2.550	1,02	99,16
10	Araguaína	TO	2.093	0,84	100,00
TOTAL MATOPIBA			249.918	100,00	-

Fonte: EMBRAPA (2014)

São comunidades que, historicamente, vem produzindo suas existências material e imaterial nos espaços de seus “Territórios” e que a partir do MATOPIBA veem-se fortemente ameaçadas pelo modus operandis com que o capital se expressa na expropriação de terras e “Territórios”.

Em relação aos assentamentos de reforma agrária, o Matopiba envolverá, um total de 3.706.699 ha de terras o que corresponde a 865 unidades de assentamentos oriundos de projetos de

Tabela 5 – Assentamento da Reforma Agrária no MATOPIBA

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA DOS ASSENTAMENTOS (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Alto Mearim e Grajaú	MA	620.509	16,74	16,74
2	Bom Jesus da Lapa	BA	302.273	8,15	24,89
3	Miracema do Tocantins	TO	286.478	7,73	32,62
4	Lençóis Maranhenses	MA	250.276	6,75	39,38
5	Bico do Papagaio	TO	228.376	6,16	45,54
6	Araguaína	TO	209.318	5,65	51,18
7	Imperatriz	MA	203.646	5,49	56,68
8	Rio Formoso	TO	197.139	5,32	62,00
9	Itapecuru Mirim	MA	151.668	4,09	66,09
10	Caxias	MA	148.674	4,01	70,10
11	Codó	MA	133.429	3,60	73,70
12	Cotegipe	BA	122.046	3,29	76,99
13	Bertolínia	PI	111.710	3,01	80,01
14	Gurupi	TO	109.804	2,96	82,97
15	Médio Mearim	MA	106.235	2,87	85,83
16	Porto Nacional	TO	68.727	1,85	87,69
17	Chapadas das Mangabeiras	MA	64.615	1,74	89,43
18	Chapadas do Alto Itapecuru	MA	53.879	1,45	90,88
19	Dianópolis	TO	51.298	1,38	92,27
20	Santa Maria da Vitória	BA	47.879	1,29	93,56
21	Chapadinha	MA	45.942	1,24	94,80
22	Barreiras	BA	39.748	1,07	95,87
23	Porto Franco	MA	30.837	0,83	96,70
24	Baixo Farnaliba Maranhense	MA	27.739	0,75	97,45
25	Alto Médio Gurguéia	PI	24.545	0,66	98,11
26	Presidente Dutra	MA	20.359	0,55	98,66
27	Gerais de Balsas	MA	19.133	0,52	99,18
28	Jalapão	TO	15.765	0,43	99,61
29	Alto Farnaliba Piauiense	PI	14.633	0,39	100,00
TOTAL MATOPIBA			3.706.699	100,00	-

Fonte: EMBRAPA (2014)

“Reforma Agrária”. O quadro a seguir, demonstra como esses espaços de produção de vida se expressam no “Território” uno do MATOPIBA.

No Maranhão, o quadro se apresenta de forma expressiva e lidera o ranking do Estado com maior número de assentamentos impactados por microrregião, sendo elas: Alto Mearim e Grajaú 620.509 ha, em Caxias totalizando 148.674 há. Já em Codó, o número é de 133.429 há; Médio Mearim é de 106.235 há; Chapada das Mangabeiras 64.615 há; chapadas do Alto Itapecuru soma 53.879 há; Chapadinha chega a 45.942 há.

Em Porto Franco, é de 30.837 há; baixo Parnaíba maranhense 27.739 há; presidente Dutra está na casa de 20.359 ha e Gerais de Balsas com 19.133 ha. Noutra leitura, esse cenário aponta para uma verdadeira ação – pensada e refletida – com finalidades de interferir, enfraquecer ou inviabilizar o processo de “Reforma Agrária”, posto que esses espaços devem ser – na força e na marra – retomados, para suavizar o termo, às mãos e ao poderio da latifúndio agrário.

No que tange ao quadro natural, o MATOPIBA, segundo dados da EMBRAPA/2014, considerando seu “território” uno, só em relação ao Bioma cerrado, chega a ocupar algo em torno de 91% do espaço/agrário o que corresponde a 66.543.540,87 hectares desse importante Bioma que está sendo expropriado a partir dos de interesses do capital. Mas, o “território” uno do MATOPIBA, não se limita a expropriar o Bioma Cerrado, vai para além desse e, se estende ao Bioma Amazônia com a ocupação de 7,3% que se expressa em 5.319.628,40 hectares

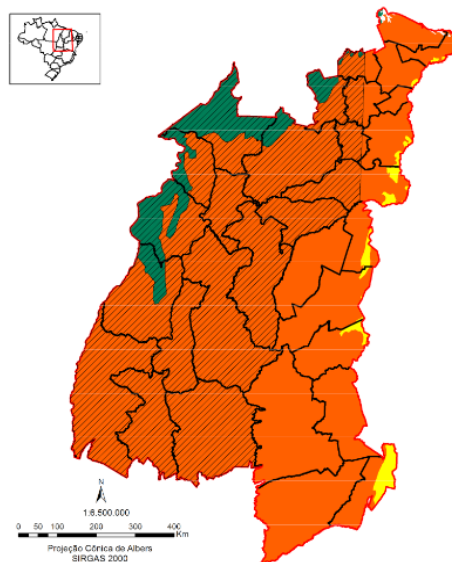
Aqui fazemos remissão para a expressão “Amazônia Legal”, onde com base nos postulados da lei número 1806/1953 orienta uma delimitação de natureza político-administrativa e induz ao planejamento, ao “desenvolvimento” e valorização econômica da região. Porém, as investidas que se expressam nos objetivos do MATOPIBA, que é o próprio agronegócio, vem operando no sentido

da desregulamentação desse e de outros dispositivos legais, como o código florestal – lei 12651/2012 – para fazer frente ao processo de expansão.

Esse dispositivo político-jurídico, vem sofrendo importantes e significativas alterações para reconceituar e delimitar o que seria reserva legal do ponto de vista do latifúndio agrário graças à atuação da bancada BBB – Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia – junto a arena política do Senado e do Congresso Nacional Brasileiro para fazer frente aos interesses do capital.

Ainda sobre a delimitação territorial, o MATOPIBA ocupa, de forma expropriatória, 1,7% da Caatinga o que corresponde a 1.203.107,22 hectares que pode ser melhor visualizado de acordo com a ilustração abaixo:

Imagem 21: Biomas no MATOPIBA



Fonte: EMBRAPA (2014).

Esse conjunto de Biomas com suas especificidades naturais, agrárias, agrícolas e socioeconômicas, no âmbito deste estudo, questiona o MATOPIBA em tempo que denuncia que o projeto de “Desenvolvimento e Modernização da Agricultura”, aqui representado por esse empreendimento, reluz como sinônimo de destruição daqueles, bem como, de toda e qualquer forma de vida, posto que o processo de produção desse “desenvolvimento”, além de fabricar, por meio

da expropriação de terras genuínas à povos e comunidades tradicionais ali existentes, o êxodo rural, também serve-se do modelo da agricultura de mercado que utiliza, na produção agrícola, diversos agrotóxico e defensivos químicos o que incide, diretamente, na mortandade (principalmente de pássaros, insetos, etc) da biodiversidade nos múltiplos “Territórios” existentes no interior do MATOPIBA e, em que pese a contradição desse modelo, se dá por vias legais, pois representa a vontade expressa do Congresso brasileiro quando confere amparo jurídico ao uso dos agrotóxicos, mesmo que isso represente um conjunto de impactos socioambientais.

Outro e importante elemento da configuração sócio- territorial que constitui o “Território” uno do MATOPIBA, diz respeito às UC´s – Unidades de Conservação – que, segundo as notas técnicas da EMBRAPA, somam um total de 42 unidades e se subdividem em dois grupos, sendo elas: as PI (Unidades de Proteção Integral) com regras e normas que devem ser observadas ancoradas na lei Federal Nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e as UC (Unidades de Uso Sustentável) onde atividades de exploração, coletas e uso dos recursos naturais são permitidas desde que mantida sua sustentabilidade.

De acordo com nossas inferências tendo como base de análise os objetivos (contidos no PDA) que dão revelo ao MATOPIBA e ao conjunto das expressões da Questão Agrária circunscrita/fabricada nesse empreendimento, não se sustenta, posto que o MATOPIBA se faz e se territorializa numa lógica contrária à preservação e conservação da Biodiversidade em seu conjunto, mas numa ótica de produção de mercadorias onde a terra é compreendida como reserva de patrimônio e ativo financeiro o que nos leva a afirmar que as UC´s estão sendo impactadas a partir dos vários empreendimentos implantados e implementados, como por exemplo, com o avanço do monocultivo da sojicultora, milho,

algodão; plantios de eucalipto, aberturas e construção de estradas – rodovias e ferroviárias.

Imagem 22: Área verde, preservada



Fonte: <http://www.coperacel.com.br/>

Soma-se a isso a natureza administrativa das Unidades de Conservação que podem pertencer as esferas federal, estadual e municipais e que estão sob o julgo e controle político e, portanto, podem sofrer alterações de modo a reduzir suas dimensões geográficas de modo a fazer frente a expansão e espacialização do território uno do MATOPIBA. O quadro abaixo, ilustra de maneira cartográfica as áreas territoriais das UC´s por unidade federativa

Tabela 6 – Unidades de Conservação no MATOPIBA

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA UCs (ha)			TOTAL POR MICRORREGIÃO (ha)	% REL.	% ACUM.
			Municipal	Estadual	Federal			
1	Barreiras	BA	-	1.243.912	113.365	1.357.276	15,36	15,36
2	Miracema do Tocantins	TO	-	1.201.709	-	1.201.709	13,60	28,95
3	Rio Formoso	TO	-	467.187	568.517	1.035.705	11,72	40,67
4	Jalapão	TO	1.458	293.919	697.325	992.702	11,23	51,90
5	Lençóis Maranhenses	MA	-	704.301	210.194	914.495	10,35	62,25
6	Alto Médio Gurguéia	PI	-	-	484.733	484.733	5,48	67,73
7	Chapadas do Alto Itapecuru	MA	-	437.092	-	437.092	4,95	72,68
8	Gerais de Balsas	MA	-	-	347.695	347.695	3,93	76,61
9	Baixo Parnaíba Maranhense	MA	-	143.578	108.379	251.957	2,85	79,46
10	Chapadinha	MA	-	239.977	11.973	251.950	2,85	82,31
11	Santa Maria da Vitória	BA	-	-	251.857	251.857	2,85	85,16
12	Cotegipe	BA	-	218.832	-	218.832	2,48	87,64
13	Porto Nacional	TO	-	186.490	-	186.490	2,11	89,75
14	Porto Franco	MA	-	-	148.919	148.919	1,68	91,43
15	Alto Parnaíba Piauiense	PI	-	-	135.123	135.123	1,53	92,96
16	Dianópolis	TO	-	53.949	76.192	130.141	1,47	94,43
17	Médio Mearim	MA	-	103.700	-	103.700	1,17	95,61

Fonte: EMBRAPA (2014)

Das áreas constituídas legalmente por força e resistência de povos e comunidades tradicionais podemos perceber que no interior do MATOPIBA a somatória de terras e “Territórios” daqueles chega a ocupar a casa dos 21% do total de terras desse empreendimento do agronegócio.

Tabela 7 – Áreas e Territórios no MATOPIBA

IDENTIFICAÇÃO	Nº	ÁREA (ha)*	% Relativa	Σ %
Unidades de Conservação	42	8.838.764	12,08	12,08
Terras Indígenas	28	4.157.189	5,68	17,76
Assentamentos	865	3.706.699	5,07	22,83
Quilombolas	34	249.918	0,34	23,17
Área total atribuída	969	16.952.570		
Área total atribuída (excluídas as sobreposições territoriais)		15.673.078		
Área do MATOPIBA		73.173.485		

Área total atribuída (excluídas as sobreposições): 21,42%

Fonte: EMBRAPA (2014)

Imagem 23: Quilombo



Fonte: <https://secom.to.gov.br/>

A permanência dos sujeitos na terra, de acordo com o modo de produzir sua existência, guarda relações que se processam em vivências e transcende a uma visão que se encerra numa lógica de produtividade econômica. Ela tem haver com a memória de suas ancestralidades, com as trajetórias de luta pela transformação do espaço em território e, sobremaneira, pela relação que guardam com suas identidades. Porém, quando da chegada da “civilização” e “modernização” colonizadora em nome do “desenvolvimento”, essa relação é ameaçada.

Neste sentido, o que hoje se conhece por Território Quilombola, trata-se de um

espaço onde a vida se processa nas suas variadas dimensões e formas e, para além de ser uma conquista da luta social do povo negro, diz respeito à um espaço material e simbólico que guarda relações com a memória de toda a trajetória da escravidão do Brasil ocorrida até 1888 com o “fim” do escravismo. Esse território diz respeito às complexas relações que o povo negro aquilombado foi capaz de manter para formar e garantir relações comerciais, políticas, etc que os fizeram perdurar como espaço de gestação de um estado negro. Na direção disso:

O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. (CONAQ, 2019, p. 1)

É por esse entendimento que a luta das comunidades quilombolas em defesa de seus territórios se faz alimentada por um sentimento de pertencimento que extrapola o da propriedade, mas se estende pela memória viva do que foi a violência da escravidão de seus povos, mas também se dá pelas formas de organização político- social que se faz resistência às novas e contemporâneas expressões de escravização e domínio.

Imagem 24: Comunidade indígena



Fonte: <https://safariamazonico.com.br/>

Na mesma direção são os indígenas que também foram povos, aliás, os primeiros a

serem explorados pela colonização portuguesa e que também enfrentaram a violência civilizatória europeia. Suas terras⁵ são extensões territoriais sob guarda e proteção da união, mas de uso-fruto destes pelo entendimento jurídico, inclusive, que são povos originários significando dizer que sempre habitaram essas terras, pois quando da invasão dos portugueses, por aqui já existiam, registra a história.

A luta que os povos indígenas continuam até, e sobretudo, os dias atuais tem sido em defesa desse princípio e pela retomada de seus territórios, pois com o avanço extremado de projetos de “modernização” e de “desenvolvimento” do agronegócio, sobremaneira, para o cultivo da pecuária extensiva, mas que antes se faz necessário a instalação de outro empreendimento: o da extração da madeira que é análoga a um outro momento de expropriação nos idos do Brasil colônia. Tal luta também se faz contra as investidas do estado quando estes opera na flexibilização da legislação que garante a proteção das terras indígenas e dos recursos naturais de modo a atender interesses do capital.

5 Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> . Acesso em 03 de Jul. de 2020.

Imagem 25: Manifestações contra o MATOPIBA



Fonte: <https://cimi.org.br/>

O desenvolvimento que embasa o Matopiba, opera na geração e intensificação de um quadro de extrema violência que pode ser visualizado pela expropriação de terras, na precarização do trabalho, na exploração dos recursos naturais e da biodiversidade e nas e, sobretudo, péssimas condições de vida das comunidades e povos desses territórios. Porém, essa outra face desse modelo de desenvolvimento, que é real, não é externalizada nos discursos, tampouco, nos documentos oficiais. É contra esse extrato social que os sujeitos coletivos tem hasteado suas bandeiras de resistências no enfrentamento dessa empreitada ao desenvolvimento no Campo.

Parte-se do entendimento que as políticas contidas do PDA, do projeto em referência, têm contribuído para intensificar a precarização da vida no Campo e, sobretudo, para a desmobilização e despolitização dos territórios camponeses. Esse processo vai facilitar, ainda mais, a territorialização uma vez que as políticas, quando ofertadas, são políticas de contra reforma agrária que guardam relações com uma atmosfera ampliada do mercado de terras onde “O interesse global por terras, associado à demanda mundial por commodities agrícolas e não agrícolas e à valorização dessas no mercado internacional, tem provocado uma elevação dos preços” (SAUER E LEITE, 2012, p. 504).

Esse efeito é degenerativo para a “Reforma Agrária”, visto que se retira a conquista da terra do campo político – por meio das

lutas – e se acentua no campo do mercado e, assim sendo, a terra passa a ser compreendida como uma mercadoria – ativo financeiro - a ser alcançada por quem detêm poder econômico e político e, nisto, consiste numa das tentativas de enfraquecimento da “Reforma Agrária” de base popular.

Questionados sobre a significação prática do avanço do modelo de “desenvolvimento” e modernização conservadora da agricultura, frente aos seus territórios – áreas de assentamentos - com compras de terras, arrendamentos e cultivo da soja, a comunidade sustenta que

Imagem 26: Desterritorialização do campesinato



Fonte: Montagem gráfica

O agronegócio destrói nossa maneira de viver na medida em que chega e já começa a ameaçar a nossa vida. Primeiro, começa comprando os lotes de muitos companheiros que, pelas dificuldades, se iludem e acaba vendendo suas terras. Aquelas que eles não conseguem comprar acabam arrendando para plantar soja e nós vamos ficando no meio dessas plantações correndo risco de vida por causa dos venenos que eles jogam que acaba afetando a nossa lavoura também. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

A realidade vivenciada pela comunidade em estudo, revela e desnuda que o modelo de “desenvolvimento” no Campo a partir do agronegócio não se faz como se tenta veicular, para o conjunto da população, através do “agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”⁶, como aquele

⁶ Disponível em: < file:///C:/Users/FI%C3%A1vio%20

que produz alimentos para o consumo humano de maneira sustentável. Há, na verdade, uma apropriação ideológica daquilo que é produzido pela agricultura familiar para tentar escamotear o caráter altamente expropriador e de concentração de terras e, no caso da comunidade em estudo, terras genuínas da “Reforma Agrária”.

Essa relação de expropriação e de “desterritorialização” nos remete às reflexões de Sauer e Leite (2012) que ao abordarem sobre a expansão agrícola no Cerrado e na Amazônia, sustentam que essa tem se materializado de maneira a provocar, entre outros, o desmatamento ambiental e, sobremaneira, o deslocamento forçado dos trabalhadores camponeses de suas terras. Importando considerar que esse fenômeno de expansão da fronteira agrícola, não tem sido de maneira desarticulada estrutura de poder do Estado. Os teóricos em referência, acentuam a atuação reacionária dos empresários ruralistas para incidir sobre a legislação ambiental, dentre elas apontam o:

Código Florestal, Área de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e aquela voltada aos direitos sociais de comunidades nativas, mormente ocupadas de forma tradicional/coletiva (quilombos, terras indígenas, fundos de pasto, áreas extrativistas etc.), em busca da abertura de novas frentes de expansão, em especial nas regiões de Cerrado e do bioma amazônico. (SAUER e LEITE, 2012, p. 508)

O que nos leva a compreender como o MATOPIBA articula relações com o mercado de terras na medida em que para ser possível a expansão das fronteiras agrícolas, faz-se necessária a precarização de políticas de fomento a “Reforma Agrária” e o avanço de políticas de controle de acesso – por meio da mercantilização de terras – para a “territorialização” do agronegócio como expressão e sinônimo de “desenvolvimento” no Campo.

Pereira/Downloads/10910-Texto%20do%20artigo-30967-1-10-20190305.pdf>. Acesso em 22 de Jul. de 2020.

4. EXPANSÃO DOS GRANDES PROJETOS, ESCASSEZ E IMPÉRIOS ALIMENTARES: O CAMPESINATO E OS DESAFIOS.

A comunidade, base de estudo dessa pesquisa, registra sua existência “autônoma” até o momento da chegada da soja no assentamento. Sua existência esteve calcada na produção de alimentos saudáveis para o consumo humano com relativa segurança e soberania alimentar que além de atender as necessidades básicas da comunidade, o excedente socializado no comércio de modo a atender as demandas por alimentos da população local.

Com o advento da expansão agrícola para o cultivo da soja, a comunidade tem sua soberania e segurança alimentar ameaçada e impactada por conta da incidência dos “defensivos químicos” um eufemismo utilizado por seus intelectuais orgânicos para tentar suavizar o termo: veneno, que são utilizados na lavoura da soja - do preparo da terra ao momento da colheita - em grandes quantidades e de diferentes tipos sem controle algum por parte de órgãos ambientais e de fiscalização.

Quanto a isso, questionados sobre como a comunidade sente os efeitos desses impactos, principalmente, na produção da agricultura, afirma que:

Nossa produção já não é mais como antes. Aqui era um lugar de muita fartura agora, por conta do veneno que eles jogam de avião, acaba com nossas plantações. Tem companheiros aqui que já perderam suas roças inteirinhas que o veneno matou e a gente tem medo até de comer os alimentos por conta do veneno que mata são só a natureza, mas mata as pessoas e causa doenças como o câncer. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

Trata-se de uma grave ameaça à vida, tanto para a comunidade local quanto para a população em geral, visto que a produção

de alimentos para o consumo humano está sendo contaminada por conta da pulverização aérea de venenos altamente perigosos à saúde humana, dos animais e da natureza em sua biodiversidade.

Constatou-se que, mesmo diante desse quadro assistido de impactos socioambientais causados pelos empreendimentos da soja junto à comunidade, esta não tem imprimido ações de denúncia pela reparação dos danos causados. Esse fato deve-se a, pelo menos, dos fatores: o de que não estão organizados politicamente de modo a fazer os enfrentamentos de maneira coletiva o que dá abertura para as negociações individuais que perpassam por alíquotas (pagamentos irrisórios em espécie e propostas de empregos) pelo agente infrator da ação para que não levem ao conhecimento das autoridades de fiscalização; o outro, está relacionado com o fato das vinculações políticas partidárias e tutelas junto às estruturas de poder local.

Sobre os impactos, estes contribuem para a produção da insegurança alimentar, a fabricação da pobreza, da miséria e da fome sendo esta última expressão compreendida, politicamente, na leitura de Stédile (2011), como “... um problema social, resultante da forma de organização social da produção e distribuição dos alimentos”. O que nos levar a refletir que o domínio dos *Impérios Alimentares* sobre as cadeias de produção vinculado ao poder de acesso da população, vai posicionar a fome como um projeto instituído da estrutura dominante e não sendo sua ocorrência por questões naturais, mas pelo viés sócio-político e econômico de um projeto de Segurança e Soberania Alimentar.

A retórica de expansão da fronteira agrícola tem sido sustentada pela necessidade de produção de alimentos em nível mundial. Sobre isso, Borrás et al (2011) citado por Sauer e Leite (2012), destaca três frentes que sustentam esse fenômeno, segundo o autor, ela se dá:

a) à demanda por alimentos, ração, celulose e outros insumos industriais, em consequência do aumento populacional e da renda; b) à demanda por matérias-primas para os agrocombustíveis (reflexo das políticas e procura dos principais países consumidores) e c) ao deslocamento da produção de commodities para regiões com terra abundante, mais barata e com boas possibilidades de crescimento da produtividade, como é o caso do Brasil e de toda a América Latina. (SAUER e LEITE, 2012, p. 507))

Logo, o MATOPIBA representa e sustenta em seu PDA, essa relação do “globalismo localizado” num modelo de produção econômica e de “modernização” conservadora da agricultura para interconectar, em escala mundial, o controle e a propriedade privada da terra para, entre outros, a produção agropecuária.

Essa “gramática” da questão agrária no que tange ao avanço de expansão da fronteira agrícola impulsionado pela modo mercantil de fazer agricultura, guarda relações com os *Impérios alimentares*, pois “em torno de 23% do crescimento da produção agrícola mundial se deu em função da expansão das “fronteiras agrícolas” (SAUER E LEITE, 2012, p. 507), onde o mercado é “senhor” regente das relações de produção e as riquezas geradas são acumuladas nas mãos de um agente externo.

Os teóricos centralizam o debate sobre como esses “Impérios alimentares” se apropriam dos “territórios”, enquanto rede estruturada, para a produção de riquezas. E assim, segundo os autores, “Os impérios alimentares desta natureza e estrutura são

vampiros. Eles digerem, por assim dizer, os recursos locais até a exaustão, e transportam a riqueza obtida para outros lugares”, Ploeg (2008, p. 91).

Frente a esse cenário, a produção de alimentos para o consumo humano espelha como uma forma de embate e enfrentamento político que o campesinato mobiliza para se fazer resistência ante as investidas do agronegócio que nega ser a agricultura familiar a referência para o modelo de “desenvolvimento” no Campo. Os assentamentos da região que constituem o município de Buriticupu, reluzem essa afirmação na medida em que disposta em potencial na produção da farinha, do arroz, da abóbora, do caju, de hortaliças foliosas; na produção do leite e queijos artesanais, animais de pequeno porte, entre outros que são comercializados na feira do agricultor todos os sábados e que já se firma como uma estratégia para o fomento de políticas estruturantes de fortalecimento da agricultura familiar como sinônimo de Desenvolvimento no Campo.

Essa engrenagem na disputa pelos “territórios” para a produção de commodities aos moldes do que nos falam Sauer e Leite, chega em Buriticupu com uma expressão violenta de expropriação de terras acompanhadas por uma série de políticas governamentais de contra “reforma agrária” que dantes já foram implantadas – como projeto instituído – à agricultura de mercado.

A soja chegou para enfraquecer e infectar nossa agricultura e é dela que agente sobrevive e nós não queremos sair daqui. No início eles disseram que ia ter muitos empregos e o que nós estamos vendo é só máquinas, tratores e avião jogando o veneno ensino de nós e nas nossas roças, é isso que a soja significa pra nossa comunidade. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

Imagem 27: veneno x agricultura familiar



Fonte: <https://aeromagazine.uol.com.br/>
<https://hablemosdeculturas.com/>

Esse depoimento foi construído nos momentos de estudos dentro das “giras de saberes” no instante em que “proseávamos” sobre os impactos da soja em Buriticupu e na comunidade em particular. Sobre os processos de destruição das formas organizativas e de produção da agricultura familiar, Feliciano (2016) salienta que:

Perder um plantio é perder todo um planejamento e orçamento da família. Isso pode levar tanto a um processo de migração para outras áreas com a tentativa de recomeçar, como à desistência e ida para os centros urbanos, más podem também fortalecer o processo de luta. A destruição de bens materiais não somente destrói a lógica da vida campesina, más pode adiar ou então potencializa-la. (FELICIANO, 2016, p. 94)

Notadamente percebe-se que o “modus operandi”, de se fazer agricultura à moda do capital, utiliza-se das mesmas formas de expropriação e se vale das condições de pobreza e miséria – assistida – para tentar seduzir os camponeses a se renderem à essa lógica de “Desenvolvimento”. No que tange à consolidação desse modelo, Ploeg (2006) sustentam que:

“...o modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda

que com diferentes ritmos e diferentes consistências”. (PLOEG, 2006, p. 15)

As contradições inerentes a partir das reconfigurações sofridas pelas transformações advindas, principalmente, da revolução verde e das dinâmicas econômicas em escala mundial.

A agrovila, Trilha 410, é reflexo desse modelo e convive com um conjunto de impactos sócio- ambientais causado em nome do “desenvolvimento” e que na verdade representa para si a precarização da vida e a inviabilidade de continuarem resistindo por muito tempo, visto que o assentamento onde a comunidade está localizada já se encontra tomado pelo agronegócio com o plantio de soja e as comunidades do seu interior encontram-se – forçadamente – esvaziadas e envelhecidas por falta de políticas de fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável no modo camponês de se fazer agricultura.

Esse processo foi se desenhando em que pese a luta dos camponeses que se deu muito mais pela resistência em continuar ocupando seus lotes de terras de maneira isoladas e individuais que por meio de uma organização política que fizesse frente às suas demandas por políticas estruturantes de Reforma Agrária. Como efeito disso, o assentamento e as várias agrovilas que o constituem, dentre elas, a Trilha 410 viu-se, num intervalo curto de tempo, o fenômeno do êxodo rural, principalmente, da juventude que sem condições de trabalho e de estudos, viram-se obrigadas a saírem em busca de sobrevivência.

O processo de retirada, forçada, da juventude e de muitas famílias da Agrovila, fez com que outro cenário se estabelecesse: o do envelhecimento do assentamento onde só ficaram os velhos por apego aos seus pedaços de terras

motivados ainda pela esperança de verem os filhos um dia retornarem. Tal cenário de esvaziamento populacional facilitou, a nosso ver, a expropriação das terras e, conseqüentemente, a chegada da soja.

Sustentamos que esse cenário externo tem vinculação direta com a realidade que se apresenta no interior dos assentamentos em Buriticupu- Maranhão e tem, portanto, relação com o quadro (forçado) de precarização em que se encontra os assentamentos.

A gramática dessa engrenagem articula o domínio da propriedade privada da terra combinado com o fomento de políticas de desmonte da “Reforma Agrária” e, nessa linha de entendimento, Fernandes (2008), adverte que o “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008).

Acerca do latifúndio como expressão de território do capital que se faz na medida em que destrói os territórios camponeses, o referido autor traça referências de similaridade do latifúndio com o agronegócio. Quanto a isso, sustenta que o:

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico [...] Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de 500 anos de exploração e dominação, que não haja adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo. (FERNANDES, 2008, p. 48).

Imagem 28: Luta contra o matopiba



Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Como já dissemos longamente, os conflitos são alimentados pela distinção e contrariedade entre projetos para o campo. Acerca disso, fazemos remissão às ponderações de Carvalho (2015), o autor sustenta que:

(...) os conflitos no campo são definidos com as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural. Envolvem a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalhos ou produção. Ocorrem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CARVALHO, 2015, p. 2)

O retrato pulsante da agrovila, Trilha 410, no assentamento PE (Projeto de Assentamento via Estado) Buriti, um dos 16 assentamentos rurais do município de Buriticupu, expressa e ratifica que o “Desenvolvimento” a partir do empreendimento imperante da soja ainda que haja os da agricultura familiar com o cultivo de (mandioca, feijão, abóbora, arroz, milho etc.) perpassa pelo, violento, processo de desterritorialização dos camponeses e está direcionado para o intitulado “Progresso e Desenvolvimento” por meio da “modernização” conservadora da Agricultura.

Nos debates e reflexões das giras de saberes com a comunidade essa leitura de “Desenvolvimento” é sustentada pela mesma como uma forma de enfraquecimento e de destruição da agricultura familiar. Ques-

tionados sobre essa relação da chegada do “Desenvolvimento” e como isso se expressa de maneira geral e de modo particular no assentamento, a comunidade afirma que Esse movimento que tá acontecendo no campo com a chegada da soja significa uma grande ameaça para nós que vivemos da agricultura porque a soja toma as nossas terras e os governantes não faz nada por nós. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

Imagem 29: Maquinário na produção agrícola



Fonte: <https://revistagloborural.globo.com/>

Os impactos - de múltiplas naturezas - que o modo capitalista de fazer agricultura causam às comunidades e povos tradicionais carecem de uma leitura crítica e circunstanciada sobre os *Impérios Alimentares* - valendo-se de cada expressão localizada - de maneira a compreender que se trata de um modelo globalizado de expropriação e destruição dos distintos “territórios” de produção e reprodução de vida do modo camponês de se fazer agricultura com vistas a abrir - forçadamente - espaços e ou fronteiras para o expansionismo mercantil.

Sobre isso, faz-se oportuno trazer as leituras de Ploeg (2008) que ao se referir sobre a incidência do capitalismo agrário, considera sobre os *Impérios Alimentares*, e sustenta que

(...) a economia camponesa está também sendo subordinada e destruída pelo Império, pois este é baseado na mão-de-obra

barata fornecida pela economia camponesa e na transferência dos recursos e oportunidades de desenvolvimento da economia camponesa para o Império. (PLOEG,2008, p. 98)

Os *Impérios Alimentares*, utilizam-se da destruição dos recursos naturais, da biodiversidade e, principalmente, da precarização da vida e extermínio de comunidades existentes. Sendo verdade afirmar que as partes impactadas costumam ser invisibilizadas na lógica desse tipo de “Desenvolvimento”, tornando assim, interferências e impecílios ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, mas, segundo Ploeg (2008), “Ele também precisa do que permanece depois da destruição do campesinato: a mão-de-obra barata de pessoas sem mais alternativas”.

O que no assentamento em referência, nem mesmo os “restos” de mão-de-obra “inferiorizada” lhes são oportunizadas. No lugar da força de trabalho humana, são as máquinas e as tecnologias de última geração, que reconfigura e caracteriza o modo capitalista de produção. Valendo dizer que esse *Império Alimentar* não é estático ao passo que esgota todos os recursos disponíveis ele se desloca para outros “territórios” se metamorfoseando no tempo e nos espaços onde o “O Império é um fenômeno *hitand run*: assim que as condições de produção e trafico são melhores em outro lugar, o Império muda suas “raízes”, deixando para trás nada mais do que destruição ecológica e uma pobreza generalizada”. Ploeg (2008, p. 100).

Entendemos que uma das formas de expulsar, eliminar e ou exterminar as “interferências” dos espaços geográficos onde serão implantados os empreendimentos que reluz ao “Desenvolvimento” econômico, consiste na não implantação de políticas públicas estruturantes, necessárias para a fixação do homem do campo em seus territórios.

A não oferta das políticas públicas de educação, saúde, de crédito, por exemplo,

dão conta por si só de contribuir para o esvaziamento populacional dos espaços de expansão dos empreendimentos dos sistemas agroalimentares vinculados ao projeto de campo da hegemonia dominante que acabam por bloquear qualquer possibilidade de se efetivar uma política pública de segurança e soberania alimentar.

A lógica expansionista do capitalismo agrário, articulada com as estruturas de poder político, na leitura de Carvalho (2015, p 1), tem sido uma das estratégias utilizadas para a “... apropriação privada das terras devolutas e das públicas, assim como de todas as demais terras privadas que não estejam direta ou indiretamente sob seu controle político e econômico”.

Questionados sobre como esse processo de expropriação das terras pelo capitalismo agrário e pelo latifúndio se apresenta, a comunidade afirma que a apropriação privada das terras acontece por meio da oferta de valores nunca vistos antes pelos agricultores e acabam se deixando enganar vendendo seus lotes de terras.

Mas chama atenção para o fato de que os mesmos vendem suas terras como saída única visto que estão dentro de um quadro de abandono e desassistidos por políticas públicas que assegure a vida no Campo. Esse processo de modernização conservadora tem a ver com o aumento da centralização da posse e uso da terra, assim como da apropriação privada dos demais recursos naturais como florestas, águas e minérios”. Carvalho (2015).

Uma das exemplificações dessa relação da agricultura capitalista e do latifúndio agrário com as estruturas de poder político (arranjos locais) processante na comunidade em estudo, diz respeito sobre a não regularização fundiária do lugar, a flexibilização da legislação ambiental e ou a sua não exigência quando da implantação dos empreendimentos da sojicultora, posto que esta se apresenta sob um falacioso

discurso de “progresso” e de “Desenvolvimento” onde haverá empregos para a população da região o que não se sustenta como expressão de verdade, pois Eles não dão emprego para nossa comunidade. Só tem máquinas, avião jogando veneno e um ou dois trabalhadores ganhando baixos salários. (ANOTAÇÕES DE CAMPO, REGISTRADAS NAS GIRA DE SABERES).

Outro exemplo – de mesma natureza – pode ser visualizado na apropriação dos recursos aquáticos – no caso, o único poço que a comunidade dispõe – e que os sojicultores utilizam para irrigar milhares de hectares de plantações sem sua prévia autorização, mas pela permissão por parte do poder público onde a empresa desconsiderando o poder de fala da comunidade, trata diretamente com os representantes que constituem a esfera de poder político local.

São pipas e pipas de água potável que, diariamente, sai do único poço da comunidade para irrigação de milhares de hectares de soja sem nenhuma devolutiva de compensação à comunidade. Trata-se, pois, de uma estratégia de não reconhecimento das especificidades organizativas do lugar para o processo de dominação tanto da terra quanto dos equipamentos sociais da comunidade

Sobre esse efeito, compreende-se a partir das leituras de Ploeg (2014) que essa engrenagem advém da “...globalização da racionalidade econômica comandada pelo capital e a crescente capacidade tecnológica de transformação...” (p. 3) do meio rural como espaço primeiro de produção de commodities e, neste caso, dos territórios camponeses em unidades pré ou capitalistas numa espécie de “recampezinização” que segundo Ploeg (2015), a “Recampezinização é, de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses”.

Esse fenômeno de expropriação expansionista, tem incidido diretamente na reconfiguração do campesinato que se dá dentro de um contexto de conflitos sociais e, sobre isso, o autor nos lembra que:

O campesinato brasileiro sempre viveu e ainda vive num ambiente de constante conflitualidade social onde a característica fundamental é a tentativa constante dos latifundiários e dos empresários capitalistas no campo de se apropriarem das terras e dos territórios dos camponeses. (CARVALHO, 2015, p. 1)

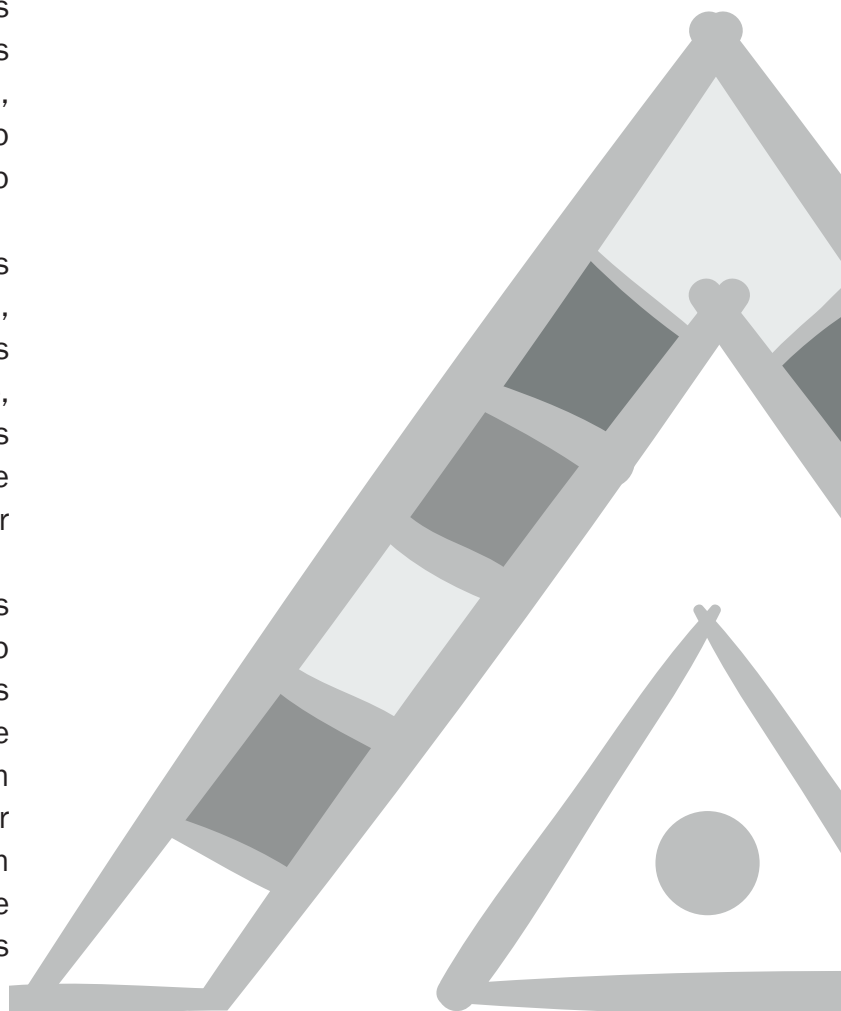
Sobre os conflitos sociais como resultado desse processo, Carvalho (2015) nos faz entender que essas expressões da Questão Agrária, são inerentes desse modelo de “Desenvolvimento” e “modernização conservadora” do capitalismo no campo. O autor considera que esse quadro de conflitualidade ocorre pelo confronto entre os distintos territórios da Questão Agrária, dentre eles destaca: os territórios do campesinato, os territórios do latifúndio e os do agronegócio onde esses dois últimos são entendidos como territórios do capital

Esses territórios guardam relações entre si, segundo o teórico em referência, por suas similaridades e diferencialidades excludentes: “... a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais, a superprodução e superexploração e a concentração do poder político e econômico”, Carvalho (2015).

Sobre os efeitos sócio- ambientais e de violência, a comunidade em estudo afirma que são vários os problemas enfrentados a partir da soja. Além dos que já enumeramos, outros tantos se somam como expressão de preocupação por parte da comunidade posto que incidem - de maneira ameaçadora - diretamente sobre suas vidas e seu modo camponês


de fazer agricultura e “Assim sendo, a manutenção, ou seja, a *reconstrução ativa* da autonomia torna-se um aspecto central e universal do campesinato. A continuidade não é de modo algum assegurada, ela precisa ser *criada e recriada* continuamente”. Ploeg (2018).

Diante desse entendimento adotado por nossa forma de ver, a partir das várias reflexões partilhadas nas giras de saberes, construímos - por vontade expressa da comunidade - uma pauta de reivindicações junto aos órgãos e instituições do Estado para, juntamente com o STTR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) - fazer o debate por direitos consagrados e circunscritos na Constituição Federal de 1988 e nos demais ordenamentos jurídicos afeto à Questão Agrária.





***Caminheiro, você sabe, não existe
caminho. Pouco a pouco, passo a passo e o
caminho se faz ao caminhar!!!***




É alimento por
esse entendimento
que faço
imprimir os meus
sentimentos
de gratidão
pelo caminho
construído até aqui
com a ajuda de
muitas mãos que...

...se estenderam à mim como
em gesto de solidariedade
transgressora e descolonial
e que puseram-me em
movimento do Maranhão ao
Recôncavo da Bahia de todos
os santos.


A todos os orixás, pajés e espírito de luz, ao meu Deus de tantos nomes e de todas as cores que conferiu-me fôlego de vida e espírito de luta, o meu louvor, honras e glórias por sua bondade alcançada a meu favor.



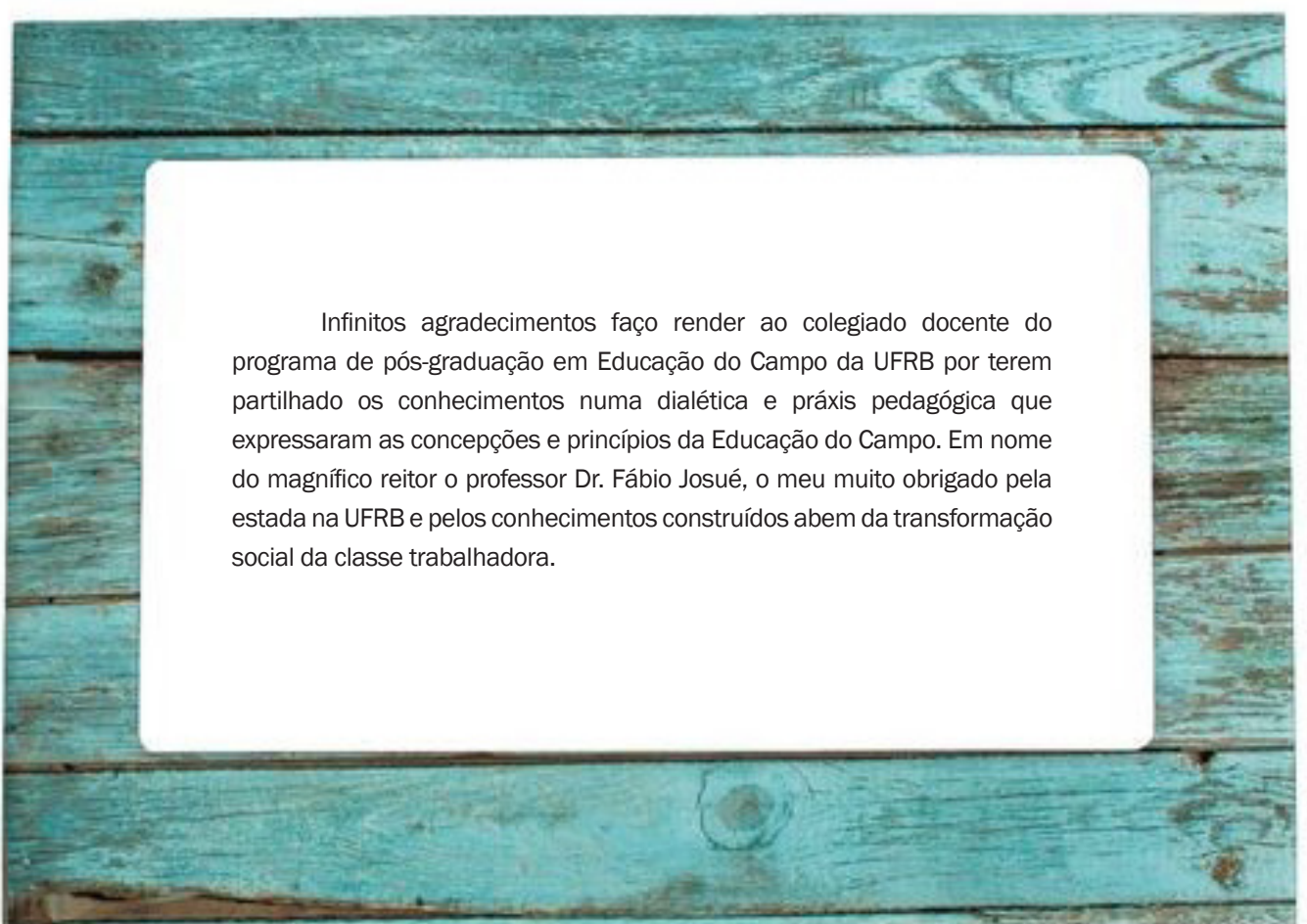
Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/e2/35/28/e23528fcd90b54799d95091268626e8a.jpg>




Pela paciência histórica, zelo, carinho e compreensão; pelos conselhos, presença e participação na construção da caminhada; pelas noites e madrugadas nas rodoviárias de Teresina [PI] e Feira de Santana [BA] e até mesmo por aquele ônibus horrível da Gontijo, o meu muito obrigado ao meu companheiro, Ricardo Oliveira.



Aos colegas e companheiros de
luta que constituíram a 6ª turma
do Mestrado Profissional em
Educação do Campo da UFRB
e que foi batizada com o nome
“Luta, resistência e liberdade”
imprimindo posicionamento
político frente aos organizadores
da morte, faço saber de minha
alegria pela oportunidade do
encontro! E como diz o poeta
“Se não houver o amanhã,
brindaremos o ontem”!!!




Infinitos agradecimentos faço render ao colegiado docente do programa de pós-graduação em Educação do Campo da UFRB por terem partilhado os conhecimentos numa dialética e práxis pedagógica que expressaram as concepções e princípios da Educação do Campo. Em nome do magnífico reitor o professor Dr. Fábio Josué, o meu muito obrigado pela estada na UFRB e pelos conhecimentos construídos abem da transformação social da classe trabalhadora.



O nome dela, carinhosamente, é Kiki e dona de uma serenidade capaz de acalmar até mesmo o mar! Quero lhe agradecer – com axé e arte - professora, ANA CRISTINA NASCIMENTO GIVIGI, por todo zelo, compromisso e amorosidade com que se fez na condição de minha orientadora; gratidão pela oportunidade do encontro com minha ancestralidade por ocasião da aula [Povos, culturas e sujeitos do Campo] que tivemos em seu terreiro. Por ter aceitado-me como seu orientando, expressos ficam os meus agradecimentos ao tempo e hora que dou ciência de que é do meu querer e agrado que continuemos com suas orientações científicas e espirituais.

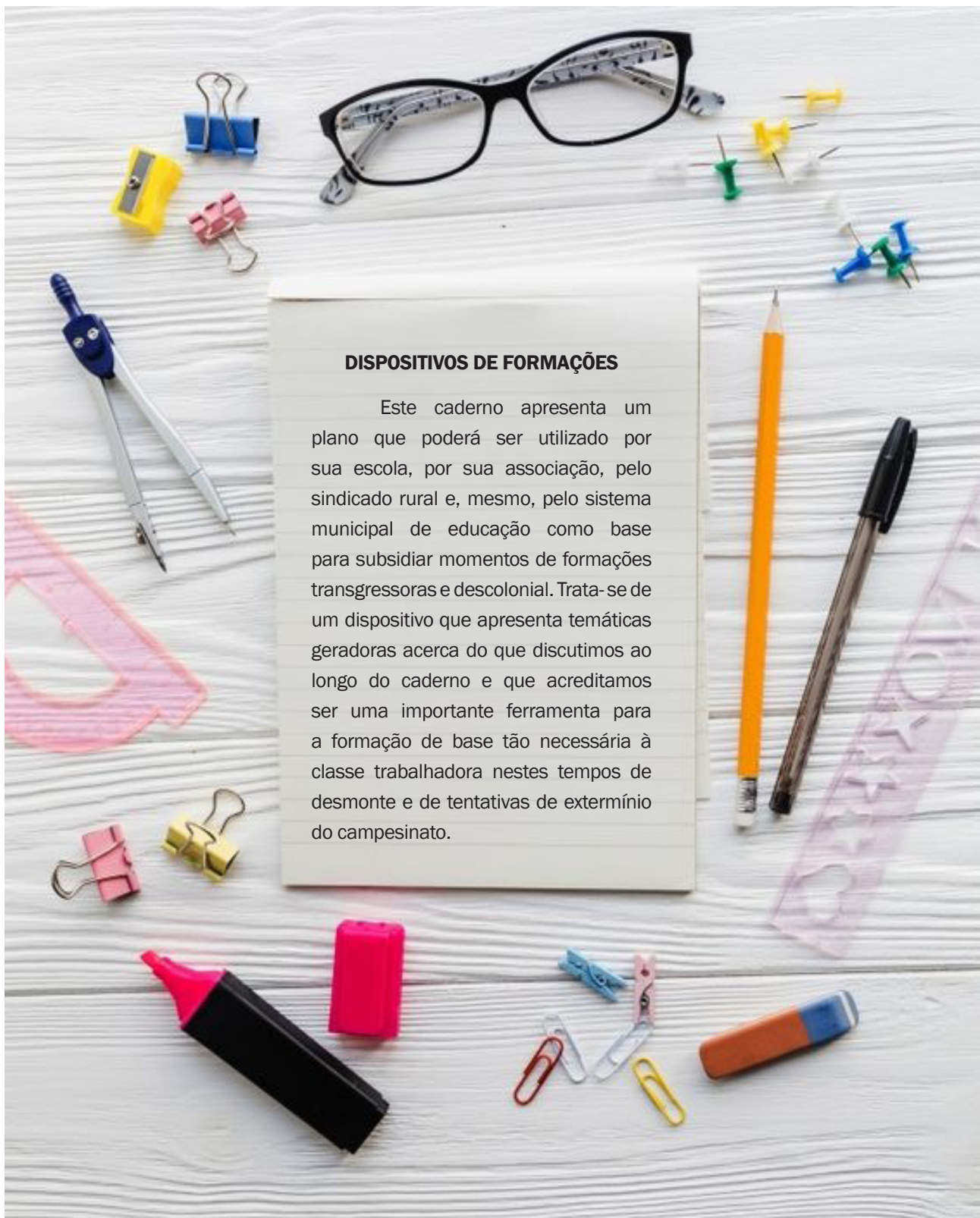
Fonte: <https://i.pining.com/564x/50/bf/90/50bf905fcf2b9df6bd1ab4f60576eb93.jpg>



Registrando também e, sobretudo, os meus agradecimentos a comunidade da Trilha 410 no Assentamento PE Buriti – lócus da pesquisa – pela abertura política e pelo carinho com que nos acolheu nas “gira de saberes”. Em nome da diretora da escola e professora, Silvana Macedo; do presidente da associação de produtores rurais, Sr. Antônio de Oliveira; da presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais, Fábia... e da UFRB numa parceria que se propôs depreender epistemo-logias transgressoras ao pensamento liberal, conservador e colonizador de pensar o Campo e suas questões, o meu muito obrigado ao tempo que afirmo o com-promisso junto à comunidade nessa e nutras empreitadas.



E, como base de tudo isso, o meu carinho, amor e gratidão à minha mãe, Sebastiana Pereira de Oliveira e ao meu pai, Francisco Costa de Oliveira por quem louvo à Deus pela existência e, em vosso nome, estendo o meu carinho de agradecimento ao meu irmão e irmãs. Por tudo que me destes, fizestes e ensinas-tes faço saber de minha alegria por existir na vida de vocês e vocês em mim.



DISPOSITIVOS DE FORMAÇÕES

Este caderno apresenta um plano que poderá ser utilizado por sua escola, por sua associação, pelo sindicato rural e, mesmo, pelo sistema municipal de educação como base para subsidiar momentos de formações transgressoras e descolonial. Trata-se de um dispositivo que apresenta temáticas geradoras acerca do que discutimos ao longo do caderno e que acreditamos ser uma importante ferramenta para a formação de base tão necessária à classe trabalhadora nestes tempos de desmonte e de tentativas de extermínio do campesinato.

ANEXO I

BURITICUPU NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA - Parte I

TEMA: A luta pela terra e a constituição social e política de Buriticupu no limiar do projeto governamental de colonização que o levou à frente.

OBJETIVO: Refletir sobre os processos de luta pela terra e como se deu sua materialização pelos trabalhadores frente as ofensivas do capital agrário por intermédio da COMARCO, no território de Buriticupu- MA.

ACOLHIDA: A depender do contexto e do público participante, sugere-se fazer uma mística de modo a envolver os participantes no espírito

da temática geradora do encontro. Onde for possível, pode-se utilizar músicas, poemas, palavras de ordem, bandeiras, símbolos da luta, ferramenta de trabalho, etc.

AQUECENDO AS EMOÇÕES: O Coordenador (a) da reunião entregará aos participantes cópia da letra da música “funeral de um lavrador” de Chico Buarque. Em seguida, convida o grupo para, atentamente, ouvir a música e destacar a parte que mais chamar atenção. Após esse momento, o grupo fará a leitura compartilhada da letra da música e o (a) coordenador (a) poderá provocar os participantes a partilharem sobre a mensagem que a música quer passar.

Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida

É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio

Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida

É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
Estarás mais ancho que estavas no mundo

É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
Porém mais que no mundo te sentirás largo

É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida

Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca.

DIÁLOGO SOBRE O TEMA GERADOR E OBJETIVO:

O Coordenador (a) após imprimir boas vindas, informará que no decurso desses encontros irão refletir sobre as incidências da Questão Agrária, reconfigurada, constantemente, em razão do avanço das fronteiras agrícolas; acerca do processo de fabricação das desigualdades sociais no Campo e sobre a luta pela terra

e território. Enfatizará que o tema gerador desse primeiro encontro é (...) e pedirá para os participantes lerem o tem o objetivo do encontro no cartaz ou tarjeta.

UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS MAIS NO MESMO LUGAR: quem somos, de onde viemos e porque estamos aqui

“BAIÃO DAS COMUNIDADES” (Zé Vicente)

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação ê,
ê

Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros
mais

E juntos vamos celebrar a confiança
Nossa luta na esperança de ter terra, pão e
paz, ê, ê

Vamos chamar os índios que ainda resistem
As tribos que ainda insistem no direito de
viver

E juntos vamos reunidos na memória
Celebrar uma vitória que vai ter que
acontecer, ê, ê

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação ê,
ê

Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê

Convido os negros, irmãos no sangue e na
sina

Seu gingado nos ensina a dança da
redenção

De braços dados, no terreiro da irmandade
Vamos sambar de verdade enquanto chega
a razão, ê, ê

Vamos chamar Oneide, Rosa, Ana e Maria
A mulher que noite e dia luta e faz nascer o
amor

E reunidas no altar da liberdade
Vamos cantar de verdade, vamos pisar
sobre a dor, ê, ê

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação ê,
ê

Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê

Vou convidar a criançada e a juventude
Tocadores, me ajudem, vamos cantar por aí
O nosso canto vai encher todo o país
Velho vai dançar feliz, quem chorou vai ter
que rir, ê, ê

Desempregados, pescadores, desprezados
E os marginalizados, venham todos se
ajuntar

A nossa marcha pra nova sociedade
Quem nos ama de verdade pode vir, tem um
lugar, ê, ê

Somos gente nova vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação ê,
ê

Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do senhor, ê,

Coordenador (a) convida os participantes para se dirigirem – um por vez – ao centro do espaço onde no chão terá, em contorno, o desenho ilustrado do mapa do Brasil destacado em cores diferentes as cinco regiões. O participante, de maneira breve, fala sobre sua história de vida e de onde veio e,

em seguida, ao se apresentar, coloca uma tarjeta com seu nome na região corresponde à sua origem.

GIRANDO SABERES: O Coordenador (a) fará a leitura da poesia “A fala da terra” de Pedro Tierra.

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.
A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata
como não se mata o mar
sonho não se mata
como não se mata o mar
a alegria não se mata
como não se mata o mar
a esperança não se mata
como não se mata o mar
e sua dança.

Em seguida, chama o grupo para partilhar sua memória sobre o processo de luta pela conquista da terra em Buriticupu e como se deu o enfrentamento ao projeto governamental de colonização. Ao passo que as pessoas forem falando, o (a) coordenador (a) vai anotando – em tarjetas – as palavras-chaves à serem retomadas depois no momento de síntese que, a depender do contexto, poderá ser convidada uma liderança da comunidade, um membro

do sindicato dos trabalhadores rurais ou de movimentos sociais que possa contribuir com esse momento.

ENCAMINHAMENTOS: como produto – além da retroalimentação da memória histórica de luta pela terra – a depender do grupo, poderá ser produzido:

1. Um mosaico fotográfico;
2. Um mapa conceitual;
3. Uma peça teatral
4. Uma colcha de retalho com elementos e símbolos da luta dos trabalhadores;
5. Um poema, poesia, uma literatura de cordel;
6. Uma carta pedagógica, etc.

COMBINADOS: O Coordenador (a) convida os participantes a deliberarem sobre o próximo encontro:

Data: _____ / _____ / _____

Local: _____

Horário: _____

Quem vai coordenar: _____

Quem vai pensar a mística: _____

AVALIAÇÃO: O Coordenador (a) convida os participantes a falarem sobre qual a importância do encontro? Sobre a acolhida e metodologia? Quais foram os aprendizados? Quais tarefas podem construir para garantir aos ascendentes a memória histórica de luta desse lugar?

ENCERAMENTO: O Coordenador (a) retoma ao tema gerador e, numa palavra de ordem, fecha a reunião agradecendo pela presença e participação.

ANEXO II

BURITICUPU NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA - PARTE II

TEMA: O avanço do agronegócio como modelo de “Desenvolvimento” no Campo e a questão da Soberania Alimentar.

OBJETIVO: Refletir sobre as incidências e impactos do avanço do agronegócio como expressão de “Desenvolvimento” no Campo e o que isso representa para o campesinato.

ACOLHIDA: O Coordenador (a) recebe os participantes entregando-lhes uma tarjeta com palavras que caracterizam a Agricultura Familiar e as que vinculam ao agronegócio, como por exemplo; (solidariedade, partilha, excedente social, soberania, segurança

alimentar, agroecologia, violência, fome, concentração da terra, mercadorias, agrotóxico, lucro...).

AQUECENDO AS EMOÇÕES: O Coordenador (a) retoma ao tema gerador do último encontro de modo a fazer memória das principais discussões. Convida os participantes a se apresentarem e socializarem as tarjetas colocando-as no centro do espaço onde terão dois cartazes identificados com os dois modelos de agricultura. Em seguida, fará a leitura da letra da música “Ordem e Progresso” de Zé Pinto.

Esse é o nosso país
Essa é a nossa bandeira
É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

Queremos mais felicidades
No céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu
Amarelos são os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas

Esse é o nosso país...

Queremos que abrace essa terra
Por ela quem sente paixão
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação

A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz

Esse é o nosso país...

DIÁLOGO SOBRE O TEMA GERADOR E

OBJETIVO: O Coordenador (a), dando boas vindas de maneira acolhedora, abrirá uma reflexão a partir da música fazendo referência ao tema proposto e pedirá aos participantes que falem sobre. Em seguida, pede aos mesmos que, em voz alta, leem o tema gerador do encontro que deve estar em cartaz na parede ou cavalete.

UM PASSO À FRENTE E JÁ NÃO ESTAMOS

MAIS NO MESMO LUGAR: O Coordenador (a) convida os participantes para, numa ciranda, catarem a música “Floriô” de Zé Pinto.

Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.
Povo sem terra fez a guerra por justiça
visto que não tem preguiça este povo de pegar
cabo de foice, também cabo de enxada
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.
Com sacrifício debaixo da lona preta
inimigo fez careta mas o povo atravessou
rompendo cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.
Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
porque a luta não
para quando se conquista o chão
fazendo estudo, juntando a companheirada
criando cooperativa pra avançar a produção.

Em seguida, poderá assistir ao vídeo “O veneno está na mesa” para provocar o debate e reflexões acerca dos modelos de agricultura que disputam o Campo.

GIRANDO SABERES: Coordenador (a) convida os participantes para falarem sobre o que sabem do agronegócio e se há presença desse modelo de agricultura em suas comunidades ou região. Em seguida, pedirá para que falem sobre como se dá a forma de produção, beneficiamento e comercialização da produção

(excedente) à moda da agricultura familiar. Para finalizar, poderá ser construídos dois cartazes com as palavras-chaves referente aos dois modelos de agricultura. Poderá ainda, a depender do contexto, construir uma carta de princípios da Agricultura Familiar à ser entregue para a escola de modo a fazer com que a mesma os considerem como matriz político-pedagógica para o processo de escolarização e venha construir respostas para o conjunto de demandas do campesinato.

COMBINADOS: O Coordenador (a) convida os participantes à deliberarem sobre o próximo encontro:

Data: _____ / _____ / _____

Local: _____

Horário: _____

Quem vai coordenar: _____

Quem vai pensar a mística: _____

AVALIAÇÃO: Coordenador (a) convida os participantes para que falarem sobre o que acharam acerca do encontro, sobre as aprendizagens, acerca da metodologia, etc.

ENCERRAMENTO: Coordenador (a) convida ao grupo para repetirem o tema gerador e lerem em voz alta as palavras-chaves dos dois modelos de agricultura. Em seguida numa palavra de ordem encerra do encontro agradecendo à todos pela presença e participação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **A luta pela posse da terra em Buriticupu / MA**. Helciane de Fátima Abreu Araújo. – São Luís, 1966.

AGUIAR, Isaias Neres. **O porquê da colonização de Buriticupu- MA**. Disponível em: < <http://buriticupuesuahistoria.blogspot.com/2017/07/o-porque-da-colonizacao-de-buriticupu.html>>. Acesso em 04 de abr. de 2020.

AGRO OLHAR. **A região do MATOPIBA**. Disponível em: <https://www.agroolhar.com.br/imgsite/noticias/img_matopiba-ma-pa.jpg>. Acesso em 22 de set. de 2020.

_____. Ministério Público do Maranhão. **Mapas**. Disponível em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/component/tags/tag/01%C2%AA-promotoria-de-justi%C3%A7a-da-comarca-de-buriticupu>> . Acesso em 22 de set. de 2020.

ALENTEJANO, Paulo. **Estrutura Fundiária**. In: CALDART, Roseli. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

ASSELIN. V. **Grilagem: corrupção e violência em terras do carajás /Victor Asselin**. – Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BRASIL. Decreto nº 8447 de 6 de maio de 2015. **Dispõe sobre o plano de desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm>. Acesso em 16 de nov. de 2019.

_____. Lei Federal nº 1. 806 de 6 de jan. de 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-norma-pl.html>>. Acesso em 21 de set. de 2020.

_____. Lei Federal nº 9.985 de 18

de jul. de 200. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em 21 de set. de 2020.

_____. **Lei Federal nº 12. 651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 5 de maio de 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**. Disponível em: < <http://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/A%20PARTICIPA%C3%87-%C3%83O%20DA%20PESQUISA%20E%20A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>>. Acesso em 08 de abr. de 2020.

BRINKOWSKI, Patrícia. **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais** [recurso eletrônico] / organizadora Patrícia Binkowski; coordenado pela SEAD/UFRGS. - dados eletrônicos. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. (org). Módulo IV – Eixo Temático – **a educação do campo no contexto da organização da educação nacional**. Rede Diversidade, NEAD: UFMA, São Luís, 2012a.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/08/10/>>

lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade-no-brasil-artigo-de-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em 23 de mar. de 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de, COSTA, Francisco de Assis. **CAMPESINATO**. IN: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **O papel da escola pública na formação da cidadania**. IN: Educação, política e modernidade. / José Gerardo Vasconcelos, Antônio Paulino Sousa [organizadores]. – Fortaleza: Edições UFC, 2006.

COSTA, Saulo Barros da. **A (não) Reforma Agrária desenvolvimentista do Matopiba no Maranhão**. São Luís: Jornal Vias de Fato, nº 60.

CONAQ. Resiliência quilombola. Disponível em: <<http://conaq.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 22 de jul. de 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **As queimadas**. Disponível em: <[https://diariodo-nordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2954674:1591976951/Desmatamento-na-Amazonia-completa-13-meses-seguidos-de-crescimento.jpg?f=16x9&\\$p\\$f=257bf5b](https://diariodo-nordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.2954674:1591976951/Desmatamento-na-Amazonia-completa-13-meses-seguidos-de-crescimento.jpg?f=16x9&pf=257bf5b)>. Acesso em 22 de set. de 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A prática da violência no campo brasileiro do século XXI**. IN: A questão agrária e conflitos territoriais. / Eraldo da Silva Ramos Filho, Marco Antônio Mitidiero Junior, Layane Rose Sousa Santos organizadores. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FERNANDES, B. M. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano, SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação do Campo: campo, políticas públicas e edu-

cação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

FIOCRUZ. **Manifestações contra o MATOPIBA**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/images/Manifesta%C3%A7%C3%A3o-contra-MATOPIBA-no-Tocantins_-Cr%C3%A9dito-Helen-Lopes.jpg>. Acesso em 22 de set. de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, P. R. **O MATOPIBA e o desenvolvimento “destrutivista” do Cerrado**. APATO, 2015. Disponível em <<http://www.apato.org.br/documentos/artigo04.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2019.

ITERMA. **Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área**. Disponível em: <<http://www.iterma.ma.gov.br/files/2017/02/Rela%C3%A7%C3%A3o-dos-Assentamentos.pdf>>. Acesso em 9 de abr. de 2020.

JESUS, Amintas de. **MST realiza 5ª feira da reforma agrária**. Disponível em: <<http://sigaanoticia.com.br/mst-realiza-feira-de-reforma-agraria-em-itamaraju/>>. Acesso em 22 de set. de 2020.

MARK, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. CARVALHO, Carlos Alberto de. **Embrapa nota técnica 1: proposta de delimitação territorial do MATOPIBA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf>. Acesso em: 22 de jul. de 2020.

OUTRAS MÍDIAS. **Ataque aos sem terra vai muito além de Campo Grande**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/ataque-aos-sem-terra-vai-muito-alem-de-campo-grande/>>. Acesso em 22 de set. de 2020.

familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OUTRAS PALAVRAS. **As correntes do MATOPIBA**. Disponível em: < <https://i1.wp.com/outraspalavras.net/terraemtranse/wp-content/uploads/2019/07/MATOPIBA.png?w=755>>. Acesso em 22 de set. de 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300015. Acesso em 05 de agost. de 2020.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PINIMG. **O campo**. Disponível em: < <https://i.pinimg.com/564x/17/39/7a/17397aa45c66da9d60dbf97ad9a92800.jpg>> . Acesso em 22 de set. de 2020.

_____. **Os orixás**. Disponível em: < <https://i.pinimg.com/564x/e2/35/28/e23528fcd90b54799d95091268626e8a.jpg>> . Acesso em 22 de set. de 2020.

_____. **O coração do campo**. Disponível em: < <https://i.pinimg.com/564x/16/c2/79/16c279b47cacbcab32a493d913fd0703.jpg>> . Acesso em 22 de set. de 2020.

PLOEG, Jan Douwe van der.

Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **O modo de produção camponês revisitado**. Disponível em: <http://www.jandouwvanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf>. Acesso em 31 de mar. de 2020.

_____. **O modo de produção camponês revisitado**. IN: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura*

_____. **Dez qualidades da agricultura familiar - cadernos de debate/revista agriculturas: experiências em agroecologia**. Disponível em < <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/items/show/58>>. Acesso em 4 de abr. de 2020.

PT. **Das lutas pela terra e respeito pela agricultura, há 35 anos nasce o MST**. Disponível em: < <https://pt.org.br/das-lutas-pela-terra-e-respeito-pela-agricultura-ha-35-anos-nasce-o-mst/>>. Acesso em 29 de out. de 2020.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Sustentabilidade e Educação do Campo no debate da Questão Agrária**. IN: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. (org). Eixo Temático II – CARACTERÍSTICAS DO CAMPO BRASILEIRO modelos de desenvolvimento, diversidade e territórios em disputas. Rede Diversidade, NEAD: UFMA, São Luis, 2012 b.

SANTOS, Paulo Roberto Félix dos. **A questão do Estado Ampliado e o conceito de sociedade civil em Gramsci**. IN: XX SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL (Anais), s/d.

SASAKI, Fábio. **O poder da bancada ruralista no congresso**. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>> . Acesso em 22 de set. de 2020.

SANTOS, J. V. T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Violencia_Campo_Conflitos_Agrarios.pdf>. Acesso em 4 de abr. de 2020

SAUER, Sérgio. LEITE, Sérgio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no**

Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300007>. Acesso em 03 de abr. de 2020.

_____. **Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/reflex%C3%B5es-esparsas-sobre-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-e-demanda-por-terra-no-s%C3%A9culo-xx>>. Acesso em 4 de abr. de 2020.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Uma Caracterização Do Campo Brasileiro Na Atualidade.** IN: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. (org). Eixo Temático II – CARACTERÍSTICAS DO CAMPO BRASILEIRO modelos de desenvolvimento, diversidade e territórios em disputas. Rede Diversidade, NEAD: UFMA, São Luís, 2012.

SILVA, F. J. R. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar.** Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671>>. Acesso em 16 de nov. de 2019.

SIMONETTI, M.C.L. Entre o local e o global: movimento dos sem terra, a via campesina e a agricultura brasileira. IN: CORSI, Francisco Luiz. (Org.). **Economia, sociedade e relações internacionais: perspectivas do capitalismo global.** Londrina: Práxis, 2006.

SOCIOAMBIENTAL. **Revolta e Coragem.** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/revolta-e-coragem>>. Acesso em 9 de abr. de 2020.

TRABALHO INDIGENISTA. **Entre o fogo e a motosserra: os Awá Guajá da Terra Araribóia.** Disponível em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2017/03/20/entre-o-fogo-e-a-motosserra-os-awa-guaja-da-terra-indigena-arariboia/>. Acesso em abr. de 2020.

VEJA. **Ruralistas topam previdência por liberação de agrotóxicos.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/ruralistas-topam-previdencia-por-liberacao-de-agrotoxicos/>>. Acesso em 22 de set. de 2020.



UF B Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

NOSSA HISTÓRIA TEM UM BOCADO DA GENTE

AMARGOSA - 2020